

CAD. CENTR. DE AP. I. J. DIDÁTIC.  
DA FAU. P. U. C. C.

# NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Campinas

ANO XIV

nº 106

p. 85 — 168

abril/junho/1982

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**GRÃO-CHANCELER**

D. Gilberto Pereira Lopes

**MAGNÍFICO REITOR**

Prof. Dr. Heitor Regina

**VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS**

Prof. Dr. Eduardo José Pereira Coelho

**VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

Prof. Dr. Antonio José de Pinho

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

Prof. Ersio Lensi

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Profa. Maria Helena Degani Rocha

## PASSEIO SEM RUMO POR ALGUMAS RUAS DE CAMPINAS

Aristides Monteiro

Em 1972, no Rio de Janeiro, um outono complacente afastara as nuvens e pintara o céu de um azul puríssimo e liso, cheio da alegre luminosidade do sol de maio. Lembrei-me do céu de Campinas. Foi assim nessa cor gloriosa que ele ficou gravado na paisagem de minha infância, cobrindo um mundo de recordações.

Num gesto de saudade estendi sobre a mesa um mapa da cidade e num divertido exercício de imaginação pus-me a passear pelo labirinto de seus logradouros, em busca de ruas cujos nomes me fossem amáveis.

Instintivamente procurei o lugar onde nasci, no longínquo ano de 1903. A casa ficava na Rua Barão de Jaguará, contígua à esquina da Rua da Conceição; vizinhava com um ringue de patinação que depois de sucessivas reformas se transformou no Teatro Ringue ( 1906 ); ali, além de peças teatrais, dramas, comédias, operetas e até óperas, se exibia também cinema mudo a partir de 1909; cinema sonoro de 1929 em diante, remodelado em 1940; desabou numa tarde trágica de 1951. Frequentei-o desde menino, até, 1925, quando deixei Campinas.

A rua já era calçada e em frente a nossas janelas passava, canalizado e subterrâneo, o córrego do Tanquinho, assim denominado por nascer no antigo largo desse nome, atual praça do Pará. Em minha infância ouvi muitas histórias a respeito desse largo, pois boa parte de sua área pertencera por herança a um Ferreira Pires, avô materno de meu pai que ali brincara quando menino.

A atual Rua Barão de Jaguará chamou-se primeiramente Rua de Cima e finalizava um pouco acima do largo do Tanquinho; teve, depois, o nome de Rua Direita. Nela residiam meus avós paternos, num sobradão que se erguia, no lado par, entre a Rua Formosa ( depois Conceição ) e a Rua do Góis ( depois César Bierrenbach ). Ali nasceu meu pai em 1871. Recordo-me nitidamente desse vetusto edifício, que ainda se conservava de pé até pouco depois de 1930.

Mas deixo minhas origens para perder-me no emaranhado decorrente do prodigioso aumento da área urbana campineira, onde no transcurso deste meio século floresceram profusamente novos bairros, jardins e vilas, com suas inumeráveis ruas cujas denominações homenageiam vultos históricos e perpetuam nomes daqueles a quem o povo quis patentear seu apreço ou gratidão.

Procuro nomes de poetas campineiros para reencontrar amigos que já se foram e também aqueles das gerações passadas, cujos versos conheci.

Lá no Jardim São Vicente, também chamado Jardim São Gabriel, uma rua ostenta o nome de Pedro Taques de Almeida Alvim. Seria o poeta ou seu pai homônimo? O pai exerceu em Campinas vários cargos de eleição popular e faleceu em 1869 no posto de tenente-coronel da cavalaria de milícias, agraciado com a mercê de cavaleiro da Ordem de Cristo. Em 1817 ainda era alferes e foi padrinho de batismo de minha bisavó paterna, Teolinda Pires Monteiro. Com toda a certeza o nome da rua é em sua homenagem; mas não seria de estranhar se a intenção se inclinasse para Pedro Taques de Almeida Alvim, o moço, nascido em 1824 e falecido em 1878, pois este foi um dos primeiros poetas campineiros conhecidos, antes da existência da imprensa local. A este se liga por parentesco outro poeta que dá seu nome à Avenida João Batista Morato do Canto, localizada no Parque Industrial ( Vila Anhangüera ).

Na Vila Industrial, a importante Rua João Teodoro lembra o fundador do primeiro jornal da terra, a **Aurora Campineira**. Foi poeta satírico, e não era campineiro, pois nasceu em Santos em 1834. Mas a homenagem foi sem dúvida endereçada ao jornalista e muito justamente.

Na Vila Marieta, uma Rua Morais Navarro parece referir-se a João Gabriel de Morais Navarro, nascido em Campinas em 1836 e falecido em 1889. Advogado, jornalista e poeta, foi o criador da crônica social propriamente dita na imprensa local. Mas à semelhança do caso anterior a honraria foi prestada ao jornalista.

Surge agora a importante Av. Francisco Glicério, antiga Rua do Rosário, a atestar a gratidão de Campinas a seu dileto filho que se tornou um dos mais eminentes vultos da República. A homenagem foi evidentemente ao grande homem público falecido em 1916; mas é oportuno salientar que foi um bom poeta nos tempos de mocidade.

E a Rua Doutor Quirino? No centro da cidade, antiga Rua do Meio, depois Rua do Comércio até receber a atual denominação, foi destinada a perpetuar o nome do Dr. Francisco Quirino dos Santos, cidadão dos mais ilustres, nascido em 1841 e falecido em 1886. Foi o primeiro poeta campineiro notável, com renome consagrado desde São Paulo, onde se formou em direito, e festejado jornalista. Retornou à sua cidade natal já célebre e então foi político, advogado, romancista, dramaturgo e historiador local, fundador da **Gazeta de Campinas**, em 1869. Um de seus irmãos, João Quirino do Nascimento, campineiro nascido em 1842 e falecido em 1871, foi também apreciado poeta e excelente jornalista, um dos redatores da **Gazeta de Campinas**, que ajudou a fundar. A rua que o evoca situa-se no Jardim Boa Esperança.

Pela Vila Marieta corre a Rua João Egídio, poeta e jornalista nascido em Campinas em 1850 e falecido em 1905.

No mesmo bairro situa-se a Rua Hipólito Silva, homenagem a outro campineiro nascido em 1858 e falecido em 1909. Poeta de grande sensibilidade, aproveitou substancialmente sua veia satírica e, neste terreno, foi notável. Foi um dos campeões do abolicionismo e pertenceu à Academia Paulista de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Uma rua da Vila Industrial traz o nome de Antônio Sarmiento, cujo renome vem de suas atividades jornalísticas, mas que na mocidade foi poeta e também por isso deverá ser lembrado. Não de outro modo Henrique de Barcelos; a rua com seu nome liga a Av. Francisco Glicério à Rua José de Alencar. Não era Campineiro, pois nasceu em Portugal em 1854; tornou-se, porém, um dos maiores jornalistas de Campinas, onde faleceu em 1911. Na mocidade foi poeta no grande estilo romântico da primeira fase de Vítor Hugo.

No São Bernardo traçou-se uma rua com o nome de Paulo Lacerda, poeta, que em 1892 fazia versos satíricos. Foi também jornalista e colaborou no **Diário de Campinas** entre 1885 e 1901.

Rodolfo Noronha foi outro poeta lembrado numa rua da Vila Auxiliadora, talvez mais como professor ou jornalista. Pertenceu ao corpo docente do Ginásio de Campinas de 1898 a 1900.

A Rua César Bierrenbach, antiga Rua do Góis, bem no centro da cidade, evoca a ilustre figura do Dr. João César Bueno Bierrenbach, campineiro nascido em 1872 e falecido em 1907, um dos mais vigorosos talentos de seu tempo. Foi poeta festejado, mas acima de tudo notável tribuno, jornalista admirável, escritor erudito e professor emérito.

Na Vila Itapura, um dos grandes literatos brasileiros empresta seu nome a uma das ruas: Coelho Neto, maranhense, que de 1901 a 1906 foi oficialmente lente de literatura no Ginásio Estadual de Campinas, embora ele próprio, talvez por lapso de memória, tenha escrito na velhice que só residira em Campinas por três saudosos anos. Foi um dos fundadores e o responsável pela denominação do Centro de Ciências, Letras e Artes. Primoroso poeta em seus primeiros tempos e romancista fecundo, pertenceu à Academia Brasileira de Letras. Um dos fundadores dessa Academia, também poeta, era campineiro nascido em 1866 e chamava-se Rodrigo Otávio; seu nome figura numa das ruas do bairro do Botafogo.

Raul Soares de Moura, que foi promotor público em Campinas, era grande conhecedor do nosso vernáculo e escrevia primorosos versos. Desgostoso pela perda de sua esposa, deixou Campinas e voltou

para Minas Gerais, seu estado natal, do qual chegou a ser presidente, depois de brilhante carreira política. Campinas homenageou-o, dando-lhe o nome a uma rua do Jardim Aurélia.

No Jardim Boa Esperança há uma rua chamada Prof. René de Oliveira Barreto, em homenagem ao campineiro que se tornou notável pedagogo; foi educado em São Paulo, onde quase sempre residiu. Mas durante algum tempo morou em Campinas, onde nasceu em 1872 e foi professor da antiga Escola Complementar, depois transformada em Escola Normal. René Barreto, conquanto escrevesse poucos versos, foi poeta irrepreensível não só pela perfeição da forma como pela correção da linguagem. Faleceu em 1916.

No Cambuí, ligando as ruas Coronel Quirino e Severo Penteado, existe a Rua Joaquim Gomes Pinto, campineiro nascido em 1862. Foi austero magistrado, mas desde muito moço se dedicou às letras e ao jornalismo. Excelente poeta, escreveu um poema intitulado **Campinas**, festejadíssimo na época e até hoje mencionado pelos historiadores campineiros, pelo seu poder descritivo.

Notável poeta campineiro, autor de um soneto que ficou célebre em todo o Brasil, foi Antero Bloem, nascido em 1878; o soneto foi **O Cristo de Marfim**. Pouco viveu em Campinas e foi jornalista e funcionário público em São Paulo. Desta vez a homenagem da cidade foi ao poeta, cujo nome completo era Antero Augusto de Albuquerque Bloem, e assim se denominou a rua localizada no Jardim Leonor. Faleceu no Rio de Janeiro em 1919.

No distrito de Sousas inaugurou-se uma rua com o nome de Antônio Carlos Couto de Barros, campineiro, que se tornou conhecido no mundo das letras por ser um dos fundadores da revista **Klaxon**, na capital paulista em 1922, destinada a incentivar o movimento modernista nos moldes preconizados nos três ruidosos festivais celebrizados com o nome de Semana de Arte Moderna. Era poeta e jornalista; privava da intimidade de outro grande poeta conterrâneo: Guilherme de Almeida.

Arnaldo Simões Pinto, campineiro, mas desde cedo morador em São Paulo onde fez toda sua carreira, foi um dos melhores poetas de sua geração. Naquela capital dirigiu a revista intitulada **Vida Moderna** e era tido como mestre e orientador dos moços que tentavam carreira literária. O grande Guilherme de Almeida confessava ter-se aperfeiçoado na métrica ( em que foi exímio ) com seu conterrâneo Arnaldo Simões Pinto, cujo nome se acha perpetuado em uma das ruas do Jardim Santa Eudóxia.

No Parque Taquaral é lembrado em uma das ruas o nome de Basílio de Magalhães, mineiro ilustre, de excepcional cultura e de erudição invulgar, orador, conferencista e um dos mais honestos cultores da Histó-

ria, matéria de que foi catedrático no Ginásio Estadual de Campinas, de 1901 a 1912. Na mocidade foi poeta brilhante, mas a homenagem se destinou ao professor e ao sábio.

Estamos notando que os professores e os jornalistas, campineiros ou ádvenas, que em Campinas exerceram sua profissão sempre foram homenageados pela Câmara Municipal nas placas designativas dos logradouros da cidade. Os poetas foram quase esquecidos e, quando figuram nesses preitos, não são lembrados por sua arte e sim por outras atividades ou funções que desempenharam, notadamente o jornalismo e o professorado. Neste caso, está Benedito Sampaio, que não era campineiro, mas em Campinas foi professor de língua portuguesa. Prosador corretíssimo e inspirado poeta, premiado pela Academia Brasileira de Letras, faleceu em 1965 e foi dado seu nome a uma rua situada no Parque São Quirino.

Cândido Gomide foi engenheiro em Campinas e pouca gente sabe que na mocidade compôs apreciáveis versos. Deu nome a rua no Guanabara. Outro engenheiro e poeta, Carlos Stevenson, nascido no Maranhão em 1869 e falecido em 1946 em Campinas, onde residiu por muitos anos, é lembrado numa rua da Nova Campinas.

Agora, um poeta autêntico, homenageado exclusivamente por sua arte, como no caso de Antero Bloem: foi ele Ernesto Barreto e seu nome figura numa das ruas da Vila Horácio Tulli ( Jardim Okita ). Campineiro nato, nasceu em 1885. Inspiradíssimo e cheio de arroubo, já compunha versos perfeitos aos dezoito anos de idade. Sua arte sensibilizou profundamente a sociedade de seu tempo. Apesar de contemporâneo, não o conheci pessoalmente, pois passou os últimos anos de sua vida fora de Campinas. Suicidou-se no Rio de Janeiro em 1922.

A Rua Francisco Morais Júnior, no Jardim Leonor, lembra-me um poeta campineiro, Francisco José de Morais Júnior, que em 1928 faleceu antes de completar trinta anos de idade. Seria o homenageado ?

Outro que morreu moço, com 23 anos de idade, em 1918, foi o poeta e professor Heitor Mayer, que não era campineiro. Fica no Guanabara a rua que tem seu nome.

Mais um professor, português de nascimento, Miguel Homem Pinto de Carvalho, que por vários anos lecionou em diversos colégios campineiros e faleceu em 1934. Como conheço poesias de sua lavra, recordo-me aqui do poeta, mas a Câmara Municipal de Campinas visou ao professor quando denominou Rua Prof. Miguel de Carvalho um dos logradouros do Jardim Bela Vista.

Paulo Florence é nome de vários ilustres filhos de Campinas e essa homonímia pode causar confusão. Assim, a Rua Dr. Paulo Floren-

ce, situada na Vila Itália, pode evocar ao mesmo tempo um advogado, um músico e um poeta. Houve o Dr. Paulo Machado Florence, promotor público até 1901 em Campinas, onde depois abriu banca de advocacia. Mas pode tratar-se do musicista notável e executor apreciadíssimo, cujas composições genuinamente clássicas o colocaram entre os grandes de sua época, segundo as crônicas especializadas do país. O conhecido crítico musical Andrade Murici, do Rio de Janeiro, sobre ele escreveu confirmando-lhe o renome. E houve também o poeta Paulo Machado Florence que tem um soneto datado de 1904, catalogado por Benedito Otávio em sua coletânea de **Sonetos Campineiros**. Seriam os três a mesma pessoa, ou apenas parentes próximos ?

A Rua Vieira Bueno, no Cambuí, traz-nos à lembrança a veneranda figura do Dr. Francisco de Assis Vieira Bueno, vulto eminente do Império, presidente do Banco do Brasil e Oficial da Ordem da Rosa. Paulista de nascimento, faleceu nonagenário em 1908 em Campinas, onde residiu nos últimos anos de sua vida fecunda. Foi notável memorialista e excelente poeta.

No Bairro do Bosque, ligando as ruas Boaventura do Amaral e Antônio Cesarino, corre a Rua Carlos Ferreira. É nome de um dos grandes poetas que passaram por Campinas, onde ele foi continuador da obra de Quirino dos Santos na redação da **Gazeta de Campinas**. Era gaúcho, nascido em 1848. Amigo de Castro Alves de quem fora colega na Academia de Direito de São Paulo, tornou-se também notável poeta. Publicou muitos livros e seu nome até hoje continua mencionado pela crítica literária que o inclui na corrente simbolista brasileira. Conheci-o pessoalmente em minha infância; foi pouco antes de sua morte ocorrida em 1913, quando ele se encontrava em Campinas, hospedado em casa de seu conchudo Alberto Nascimento (irmão do conde Asdrubal Nascimento), casado com Vitalina Ferraz dos Santos que era prima de minha mãe. Já era sexagenário e tabético; entre minhas impressões permaneceu inesquecível o tremor permanente de suas mãos esguias e muito brancas.<sup>1</sup>

Uma pequena rua na Vila Industrial, ligando a Sales Oliveira à Vinte e Quatro de Maio, chama-se Benedito Otávio. É homenagem de Campinas a um de seus grandes filhos que, sem dúvida, mereceria melhor preito. Foi poeta, dramaturgo, historiador e jornalista. Pertenceu à Academia Paulista de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

---

(1) A rua Carlos Ferreira, aqui evocada, desapareceu com a construção da nova Via Expressa<sup>o</sup> Aquidabã. Quando integrante da Comissão de Nomenclatura de Vias e Logradouros Públicos tivemos oportunidade de propor que o nome do ilustre poeta e jornalista fosse dado a outra rua (das muitas ainda sem denominação) para que não desaparecesse de vez a homenagem a um dos grandes vultos do passado de Campinas. Nossa proposta, embora aprovada pela Comissão de Nomenclatura, não foi até hoje atendida pela Municipalidade. ONM



Secretário da Câmara Municipal, teve oportunidade de manusear toda a documentação histórica da cidade, o que enriqueceu de autenticidade seus importantes trabalhos sobre a história local. Sua obra é volumosa, mas esparsa. Influuiu grandemente no meio intelectual campineiro no início do século. Conheci-o pessoalmente e, por várias vezes, visitei-o em casa. Já era quinquagenário em 1923. Depois de sua morte, ocorrida em 1927, seu genro (Flamínio ?) pôs à venda sua biblioteca que, assim, se dispersou.

Começo a descobrir as ruas que ostentam nomes de poetas amigos e contemporâneos, muitos deles profundamente arraigados à minha afeição. Na Vila Itapura, a Rua Álvaro Miller vem reavivar minha lembrança e transportar-me para a época de minha adolescência, quando ingressei no Ginásio de Campinas, em 1916, onde ele era um dos catedráticos e foi meu professor. Não era campineiro, mas sua extensa cultura e penetrante inteligência contribuiu substancialmente para o aprimoramento da intelectualidade local. Professor emérito, brilhante jornalista, apreciado poeta e orador excepcional, foi incansável estimulador dos estudantes e um dos esteios do Centro de Ciências, Letras e Artes. Herdeiro de seu talento foi o filho Alvarito Miller, campineiro, meu dileto amigo e colega, desde os bancos ginasiais. Éramos quase vizinhos e os quintais de nossas casas confinavam pelo fundo, cujo muro divisório transpúnhamos frequentemente para reuniões mais ou menos secretas, pois destinavam-se à leitura de obras fortemente realistas e naturalistas que Alvarito trazia sub-repticiamente da opulenta biblioteca do pai. Terminado o Ginásio, ele foi para o Rio de Janeiro estudar medicina, só regressando depois de formado. Nesse período revelou-se finíssimo poeta e depois de 1925 colaborou intensamente na **Gazeta de Campinas**, de que foi um dos redatores. Eu já deixara a redação em fins de 1924. Transferiu-se depois para São Paulo, onde era oftalmologista conhecido. Lá nos reencontramos várias vezes, pelos anos de 1939 ou 1940, pois residíamos no mesmo bairro. Faleceu em 1968 e seu nome figura numa das ruas do Jardim Nova Europa.

Outro logradouro que perpetua o nome de um catedrático do Ginásio de Campinas, também poeta e dos mais distintos, é a rua Dr. João Keating, no Jardim Novo Botafogo. Este meu saudoso professor de francês foi um dos mais finos cavalheiros que conheci. Revejo-o como era há mais de meio século, com seu ar tristonho, magro, cofiando um cavanhaque tratadíssimo, sempre impecavelmente trajado, gestos lentos e posturas aristocráticas. Poeta de fina sensibilidade, crítico sutil, acompanhava o movimento literário de Paris, onde todos os anos ia passar as férias de intelectual solitário; lá divulgava os poetas brasileiros por meio de versões

de sua autoria. Era francês nato, poliglota e senhor de grande cultura clássica.

Tão merecida como a homenagem prestada a João Keating foi a que teve por objetivo outro catedrático do Ginásio de Campinas, o saudoso professor Otoniel Mota, cujo nome se perpetua numa das ruas do Jardim Leonor. Mestre do vernáculo, filólogo de reconhecida cultura clássica, era também poeta corretíssimo, senhor de uma poesia serena e cheia de simplicidade. Procurava transmitir a seus alunos o gosto das belas-lettras, fluindo beneficentemente na vocação literária da mocidade estudiosa de Campinas. Depois de ser seu discípulo de 1916 a 1919, só fui reencontrá-lo em São Paulo muitos anos decorridos, já encanecido, dedicando-se a estudos históricos.

Amilar Alves, nome de uma rua no bairro chamado João Jorge, na Ponte Preta, vem lembrar-me uma época pré-ginasial, em que, ainda menino, eu freqüentava aulas de catecismo no Externato São João. O oratório festivo desse estabelecimento promovia espetáculos teatrais a que Amilar Alves emprestava sua sábia orientação, pois era autor de comédias e sainetes, além de excelente poeta humorístico. Desse tempo recordo-me dos padres José dos Santos e Henrique Piralli, cujos nomes também designam duas ruas: uma no Jardim Aurélia e outra na Vila Industrial.

Ao topar com a Rua Hilário Magro Júnior, no bairro do Bosque, novas recordações da adolescência me assaltam; conheci-o já em idade propecta e só muito mais tarde vim a saber que na mocidade ele fora um poeta cheio de lirismo e pertencera ao grupo de literatos fundadores de **A Sensitiva**, a primeira folha campineira dedicada exclusivamente à literatura, isso em 1873. Não era nascido em Campinas. No fundo de minha memória se ensaia uma ligação vaga entre seu nome e a Escola de Comércio "Bento Quirino", mas não me lembro com que fundamento. A mesma ligação com essa escola, mas agora com segurança, traz-me o nome da Rua João Ribas de Ávila, no Jardim Bela Vista; por algum tempo, pelos anos de 1920 ou pouco mais, ele foi professor de português naquele curso comercial. Era campineiro nato, mas passou grande parte de sua vida fora da cidade natal. Era um poeta romântico e na mocidade colaborou em jornais e revistas locais. Conheci-o pessoalmente, quando se dedicava exclusivamente à advocacia.

A Rua Rafael Andrade Duarte, que liga a avenida Morais Sales à Rua José Ferreira de Camargo, na Nova Campinas, representa o justo preito da cidade a um de seus mais ilustres filhos, nascido em 1867, o qual por mais de uma vez foi vereador e prefeito local. Historiador e cronista da cidade, autor do livro **Campinas de Outrora**, foi literato culto e em diversas épocas compôs excelentes versos romântico-parnasia-

nos. Diretor e grande animador do Centro de Ciências, Letras e Artes, colaborou com assiduidade em sua revista. Conheci-o pessoalmente e ainda o revejo em sua postura cheia de afabilidade e refinada distinção. Faleceu nonagenário em 1958.

Outro poeta de trato afabilíssimo e cheio de bondade foi o italiano Vicente Melilo. Tinha uma alma repleta de pureza e acendrado espírito cristão. Residiu desde menino em Campinas, mudando-se para São Paulo cerca de 1920. Lá fui encontrá-lo várias vezes em 1921; ele promovia reuniões artísticas e literárias na União Santo Agostinho, no Largo da Sé, onde sua filha, a poetisa Santa Melilo declamava seus versos. Faleceu em 1969 com mais de oitenta anos de idade. Campinas o relembra na rua que tem seu nome, na Vila Teixeira. A homenagem deve ter sido ao grande filantropo que ele foi.

Na Vila Georgina deparo com a Rua Francisco de Campos Abreu, jornalista e poeta que conheci em minha mocidade; nesse tempo ele já deixara a redação do **Comércio de Campinas** e era funcionário da polícia local. Em 1937, parece que era Diretor do Expediente da Prefeitura.

O velho Largo do Rosário, ponto inesquecível de todos os campineiros, teve o nome mudado para o de um também inesquecível poeta, filho de Campinas: Praça Guilherme de Almeida.<sup>2</sup> Jamais uma homenagem desse gênero tocou tão profundamente minha sensibilidade. Considerado um dos grandes poetas brasileiros, foi um dos príncipes de nossas letras; obteve honrarias sem-número, não só em nosso país como no exterior. Foi exclusivamente poeta e nisso digno e perfeito. Mas minha saudade vai buscá-lo no tempo em que estreou com o lirismo romântico de **Nós** (1917) e logo depois com **A Dança das Horas** (1919) e o **Livro de Horas de Soror Dolorosa** (1920). Esse foi um dos poetas brasileiros de minha primeira admiração pela delicada sensibilidade de sua poesia de meios tons, metrificada musicalmente. Não o conheci em Campinas, de onde ele se foi ainda menino, mas em São Paulo, já no auge de sua gloriosa carreira, encerrada em 1969, aos 79 anos de idade.

(2) Houve, aqui, pequeno engano do autor. Não foi o Largo do Rosário que teve o nome alterado para "Guilherme de Almeida". O nome do grande poeta campineiro foi dado à praça que resultou da demolição da Igreja do Rosário, limitada pelas avenidas Campos Sales e Francisco Glicério e pelas ruas General Osório e Regente Feijó. O velho Largo do Rosário continua designado por este nome, embora oficialmente se chame Praça Visconde de Indaiatuba. Mas quem o conhece por este nome, se até na propaganda comercial aparece sempre a indicação "Largo do Rosário", com total desprezo pelo nobre campineiro? E apesar de as placas ostentarem o seu nome... O mesmo ocorre — vale lembrar como outra curiosidade de nossa nomenclatura urbana — com o Largo da Catedral, que toda a vida se chamou Praça José Bonifácio, nome que, tal como noutra caso, nem na propaganda comercial é empregado. E mais grave ainda, porque, com a construção do chamado "Convívio", é este o nome atualmente utilizado para designar o tradicional logradouro. ONM

O poeta Moacir Chagas, que não era campineiro, empresta seu nome a uma rua na Vila Paraíso, por ter sido jornalista em Campinas, por pouco tempo. Mas sua poesia era de excelente neoparnasiano. Conheci-o de passagem em palestras rápidas e superficiais.

Lino Guedes é nome de rua no Jardim Paulistano. Lembro-me bem dele, que não era campineiro; trabalhou na redação do **Diário do Povo** e, por mais de uma vez foi visitar-me na **Gazeta de Campinas**, onde fui redator literário e cronista de arte até fins de 1924. Nessa época ele já se mudara para São Paulo, onde faleceu em 1951. Era de raça negra e tinha um modo de falar nervoso, com gesticulação exuberante. No fundo era *um idealista sincero*.

Outro que me visitava na redação da **Gazeta de Campinas** era Manuel Barradas, português, que escrevia versos românticos. Boêmio e seresteiro, tocava guitarra e às vezes, nas noites de lua, com sua longa capa negra esvoaçante, evocava os estudantes de Coimbra, a cantar pela rua dolentes fados, alguns com letra de sua autoria. Colaborava no **Ferrão**, semanário irreverente de propriedade de José Capolupo. Faleceu com menos de quarenta anos e seu nome figura numa das ruas do Jardim Paraíso.

No Taquaral uma rua recorda o Dr. Mário Natividade, professor muito conhecido por ter exercido o magistério em vários colégios locais. Era poeta piedoso e místico. Conheci-o apenas de vista, no Centro de Ciências, Letras e Artes, de que ele era assíduo freqüentador.

Fui amigo e companheiro de Tasso Magalhães até 1924; ele no **Diário do Povo** e eu na **Gazeta de Campinas**. O antagonismo político dos jornais não nos separava e muitas vezes, nas tardes de verão, íamos saborear nossos chopos no bucólico restaurante do Bosque dos Jequitibás e ali recitávamos e cantávamos sem que ninguém viesse perturbar a euforia de nossa mocidade. Vi-o pela última vez no Rio de Janeiro, depois da segunda guerra mundial. Ainda usava a indefectível flor à lapela. A cidade se lembra dele mais como jornalista, mas na mocidade foi poeta e publicou esparsamente seus versos. Hoje seu nome figura numa das ruas do Jardim Madalena.

Foi por essa época, cerca de meio século atrás, que conheci Alexandre Chiarini; leu-me versos de sua autoria e propus-me a divulgá-los na seção literária semanal da **Gazeta de Campinas**, pois eram bem compostos. Era professor e parece que ainda estava estudando Direito. Não mantivemos grande intimidade. Uma rua com seu nome situa-se no Jardim Lúcia.

A Rua Orlando Carpino, no Jardim Chapadão, evoca o moço poeta que amava estremeçada e orgulhosamente sua cidade natal, cujo nome ele estampou no título da revista que dirigiu: **Campinas**. Conheci-o

ainda muito jovem, cheio de ideais, mas sem a cultura suficiente para as realizações que pretendia. Faleceu em 1935 com 25 anos de idade.

Ao deparar com a Rua Cosme Pellegrini, na Vila Georgina, a memória leva-me à infância. Foi meu colega no 1º Grupo Escolar, onde ingressamos em 1911. Desde criança era tímido e silencioso. Depois do curso primário fui para o Ginásio do Estado e perdi-o de vista. Reencontrei-o já moço, compondo versos de tendências espiritualistas. Soube que fundou algumas revistas literárias, depois de 1924.

Ao sugerir-me a recordação do 1º Grupo Escolar uma suave ternura me invade o coração e assisto a um desfile de carinhosos fantasmas de minha meninice. Aqueles que me abriram as janelas da catedral do Alfabeto e dos conhecimentos primários para os encantos da vida passam em silenciosa caravana: D. Sofia, D. Sintota, D. Clotilde, João Marcílio, Aristides Gurjão, César Cardoso e a boníssima servente D. Amália. E como pessoa viva, aquela árvore que plantei cantando junto ao portão de entrada, num longínquo dia de Festa das Árvores... Deus abençõe a todos os professores do mundo.

Outro colega de infância, cujo nome foi perpetuado numa das ruas da Vila Marieta, chamava-se Álvaro Vilagelin. Desde menino foi desinibido e peralta. Não quis prosseguir nos estudos secundários e se tornou ativo repórter, talvez influenciado por seu tio Alberto Rodrigues Sarmiento, o mais conhecido dos repórteres campineiros, de que foi decano. Álvaro trabalhou comigo na **Gazeta de Campinas**. Espírito inventivo e muito crítico, dotado de penetrante observação, compunha paródias humorísticas, muitas delas hilariantes. Mas a par disso era no fundo um poeta sentimental e romântico. Seu pai, José Vilagelin, foi meu professor de desenho no Ginásio de Campinas, em 1916.

Quase não encontro mais nomes de poetas nas ruas de Campinas; mais antes de encerrar este roteiro, obriga-me a saudade a intercalar dois nomes de intelectuais amigos ( embora não poetas ) que se ligam a logradouros campineiros. Hildebrando Siqueira é um deles. Conheci-o há meio século atrás, quando ele frequentava a redação da **Gazeta de Campinas** em horas de tertúlias literárias. Estava escrevendo um livro de aforismos e comentários estéticos e filosóficos, cujo título seria **O Castelo pegou fogo**. Só foi publicado muitos anos depois, em formato pequeno. Hildebrando e eu nos ligamos por uma bela amizade. Ele não era campineiro e, salvo engano, nascera em Serra Negra.<sup>3</sup> Admirava entusiasticamente os modernistas de São Paulo que acabavam de realizar

---

(3) De fato, houve engano do autor. Hildebrando Siqueira, embora tenha vivido boa parte de sua vida em Serra Negra, era natural de Piracicaba, onde nasceu a 5 de novembro de 1904. Vindo para Campinas, aqui faleceu a 7 de novembro de 1946, dois dias apenas após ter completado 42 anos de idade. ONM

os três tumultuosos espetáculos que entraram para a historiografia literária brasileira com a denominação de Semana de Arte Moderna. Na época apelidavam-se “futuristas” ou “novos”. Criamos então uma seção literária semanal na **Gazeta de Campinas**, intitulada **Seção dos Novos**, expressão propositadamente ambígua que poderia acolher tanto a colaboração dos partidários do modernismo (os **novos**) como a participação dos plúmbeos incipientes, novas vocações desejosas de expressar seu talento em letras de forma. Todavia, as agressivas irreverências dos novos postulados estéticos do movimento paulistano não obtiveram acolhida favorável nas rodas intelectuais campineiras, sempre oprimidas pelos conservadores critérios da predominante moral burguesa. E a seção literária da **Gazeta** modificou logo sua denominação: o rodapé semanal passou a chamar-se apenas **Literatura**

Planejamos também naqueles áureos tempos de sonho escrever em colaboração uma pretensiosa **História da Literatura Campineira desde suas origens até a era de 1922**: Hildebrando elaboraria a parte destinada aos prosadores e o estudo dos poetas e seus estilos ficaria a meu cargo. A iniciativa estacionou já na fase de coleta de notas, pois a pesquisa se tornou difícilíssima por estarem muito fora de nosso alcance as poucas fontes documentais. De minha parte, o que restou desse plano irrealizado está consubstanciado resumidamente no **Panorama da poesia em Campinas até 1920**, pequeno ensaio que compus cinquenta anos depois, fundamentado em algumas anotações daquele tempo e, principalmente, na memória.<sup>4</sup>

Abandonando meus ideais românticos e artísticos para trocá-los por uma carreira confortável, deixei Campinas em princípios de 1925 e não tive mais oportunidade de encontrar-me com Hildebrando Siqueira, que também se mudara de lá. A última notícia que me chegou a seu respeito ( eu então já estava residindo no Rio de Janeiro ) foi a de seu ingresso no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a cujo sodalício eu pertencia desde 1936. Deve ter falecido em Serra Negra, cuja história escreveu, e onde exercia o cargo de secretário da Câmara Municipal. A rua com seu nome situa-se no Cambuí.

O outro intelectual que devo evocar, embora também não fosse poeta, é o saudoso Roberto Thut. Este foi amigo querido e inseparável desde os bancos ginasiais. Era campineiro, nascido no antigo bairro do Frontão ( Cambuí ) onde seu pai era grande proprietário de casas de aluguel. Descendia de brasileiros, mas seus avós eram suíços e alemães e essa origem estrangeira deu começo à nossa amizade. Conheci-o em 1916,

---

(4) Este magnífico ensaio de Aristides Monteiro, publicado originariamente na imprensa, foi editado em volume pela Academia Campinense de Letras, em 1976, com apresentação e notas de Hílton Federici. Constitui o vol. 34 da série de Publicações da Academia, ONM.

durante a primeira grande guerra. No Ginásio, no intervalo das aulas, certo dia alguns patriotas, provocadores e exaltados, tentaram agredi-lo por sua ascendência germânica, no que foram impedidos devido a uma intervenção enérgica de minha parte. À noite, em casa, recebi sua visita; vinha hipotecar-me sua gratidão pelo meu gesto e oferecer-me sua incondicional amizade. Desde então nos tornamos inseparáveis, embora ele tivesse abandonado o Ginásio no 2º ano. Em 1919 admitimos em nossa intimidade o jovem poeta russo Ivã Chavirin, um pouco mais velho que nós, mas contemporâneo no Ginásio. Mais tarde ( 1921 ), Chavirin morou comigo em São Paulo, numa república no Brás; a ele devo o conhecimento das obras de Puchkine e Lermontov. Em 1920 freqüentávamos os três a redação do **Comércio de Campinas**, cujo redator era Benedito Cavalcante. Este jornal encerrou suas atividades e suas oficinas foram adquiridas por membros do Partido Republicano Paulista, que, em meados de 1921, implantaram a segunda fase de seu tradicional órgão, a **Gazeta de Campinas**. Os historiadores da imprensa campineira quase sempre cometem omissões ao relacionar seus redatores no período de 1921 a 1924. Os primeiros foram sucessivamente: Orestes de Moraes Alves, Ernesto Kuhlmann e Galdino de Moraes Alves, irmão do primeiro. Redator-secretário foi sempre Benedito Cavalcante, vindo do **Comércio de Campinas**. No ano de 1921 fui para São Paulo em continuação de estudos e por influência do poeta Aristeu Seixas, ingressei na redação do **Correio Paulistano**. Ivan Chavirin, que fora em minha companhia, passou a trabalhar no **Jornal do Comércio**. Roberto Thut, que ficara em Campinas, foi convidado por Ernesto Kuhlmann para ser auxiliar da gerência, no setor de administração da **Gazeta de Campinas**. Devo a ele a primeira publicação de meus versos nesse jornal, onde logo depois, regressando a Campinas, passei a exercer o cargo de redator literário e cronista de arte, já quando o redator era Galdino de Moraes Alves. Roberto Thut já fora promovido a gerente e seu auxiliar era João Batista de Sá ( Jolumá Brito ). Catequizado pelo Galdino, que lhe serviu de padrinho, batizou-se na Igreja Católica; durou pouco a conversão, tendo retornado ao ateísmo. Por esse tempo sua família já se havia transferido definitivamente para São Paulo; Roberto Thut deixou a gerência da **Gazeta**, cujo redator-chefe era então José Dias Leme, um de seus grandes amigos.

Em fins de 1924 também deixei a redação para ingressar no Banco do Brasil em princípios de 1925. Na nova profissão residi durante três anos em Bebedouro e Roberto Thut manteve comigo ininterrupta correspondência, até nos encontrarmos novamente em São Paulo em 1928. Até então ele não se habilitara a escrever para jornais; mas era autodidata esforçadíssimo. Manifestou-me sua curiosidade pela Heráldica, que desde os tempos de Campinas eu estudava; passei a emprestar-lhe meus livros e as primeiras orientações para um aprendizado metódico; assim também quanto à retórica e a estilística. Mercê de sua poderosa força de vontade,

tornou-se excelente heraldista e passou a colaborar em **O Estado de São Paulo**, em cuja redação mantinha boas amizades. Empregara-me no Serviço de Identificação da Secretaria da Justiça e, solteirão impenitente, residia num apartamento da rua Vitória, só com seus livros, seus desenhos e seus selos, pois também era um grande e emérito filatelista, dos mais renomados em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Levou-me uma vez à casa de seu chefe, o Dr. Ricardo Gumblenton Daunt Neto, que guardava com respeitoso carinho muitos papéis e documentos que haviam pertencido a seu ilustre avô, que fora o idealizador do brasão de Campinas, em 1889. Veio-nos a vontade de estudar a história da pedra-de-armas de nossa cidade natal. Depois das necessárias pesquisas e anotações, encarreguei-me da redação de um ensaio crítico-heráldico-histórico e Roberto Thut das respectivas ilustrações, inclusive trabalho fotográfico. Surgiu então **A Pedra-de-Armaz de Campinas**, publicada em 1936 no número XXVIII da Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. Esse trabalho motivou a correção do brasão pela edilidade campineira, de acordo com a Resolução nº 1001, de 25 de setembro de 1937, assinada pelo prefeito João Alves dos Santos.<sup>5</sup> Nesse tempo fazíamos parte do Instituto de Estudos Genealógicos de São Paulo. Eu já pertencia ao Instituto Histórico desde 1936 e cerca de um ou dois anos depois nele ingressou Roberto Thut, que já se tornara fecundo publicista, divulgando seus estudos sobre a história dos correios de Campinas, outros assuntos filatélicos, pesquisas heráldicas e trabalhos relativos à datiloscopia. Continuamos íntimos amigos até 1942, quando me transferi para o Rio de Janeiro. Daí por diante somente nos comunicávamos por carta, até pouco antes de seu falecimento. Segundo narrativa de pessoa da família, desde 1950 Roberto Thut passara a dar demonstrações de desordem mental, internando-se então no Instituto Pinel.

Seu estado foi-se agravando e, numa noite chuvosa de julho, de intenso inverno paulistano, ele, já desassisado, esgueirou-se para o jardim do sanatório, vestindo apenas o pijama sem qualquer outro agasalho; pela manhã encontraram-no caído num dos canteiros, enregelado, mas ainda com vida. Recolhido à enfermaria, faleceu vitimado por violenta pneumonia, aos quarenta e nove anos de idade. Era o dia 26 de julho de 1950. Em Campinas, três dias depois, ao tomar conhecimento da dolorosa notícia, seu amigo José Dias Leme endereçou carta ao redator do **Correio Popular**, que a publicou na edição de 2-8-1950; nela o missivista pedia a atenção da Edilidade campineira para a justiça que representaria um ato oficial que desse o nome de Roberto Thut a uma das ruas de Campinas. O apelo teve eco e hoje lá está a rua, na Vila Industrial, ligando a Avenida Ipiranga à Rua Francisco Teodoro.

(5) O assunto foi retomado pelo autor no belo livro **Insígnias de Campinas e sua história: conceitos de heráldica municipal**. Rio de Janeiro, 1978. ONM



Quando José Dias Leme teve a iniciativa daquela homenagem a Roberto Thut, nem de leve lhe passaria pela mente a idéia de que menos de dois anos depois seu próprio nome iria ser conferido solenemente a um dos logradouros campineiros. Era grande demais sua modéstia para que cogitasse dessa pretensão; mas seu valor era muito maior e sua vida e suas obras já se haviam projetado profundamente na sensibilidade das rodas intelectuais e no conceito da sociedade local. No bairro da Ponte Preta, ligando as ruas Vitoriano dos Anjos e Henrique Dias, uma rua chamada José Dias Leme atesta a homenagem que em 1953 lhe ofereceu o povo campineiro. Mas para mim esse nome encerra significado muito mais profundo; representa um mundo de recordações, um pedaço de minha vida.

José Dias Leme, além de grande e leal amigo, era meu cunhado, quase irmão. Nasceu em Santo Amaro (SP) aos 26 de novembro de 1891 e faleceu a 27 de fevereiro de 1952 em Campinas, onde viveu durante trinta anos, metade de sua existência. Seu pai, que conheci por ocasião de uma visita que lhe fez, foi professor primário em Piraçununga e na então Vila Americana. Era teatrólogo e exímio violinista, mas sobretudo excelente pedagogo. Um grupo escolar em Americana tem hoje seu nome: Inácio Dias Leme. Tive oportunidade de manusear grossos cadernos escritos em caprichado cursivo onde se reuniam as peças teatrais de sua autoria, guardados carinhosamente pelo filho. As tendências literárias do genitor influíram fortemente no temperamento de José Dias Leme. Desde muito moço revelou irresistível vocação para o jornalismo. Seus primeiros passos na imprensa foram ensaiados em Piraçununga, onde fez seus estudos primários na escola em que seu pai era professor. Mais tarde, foi ali redator de **O Jornal**. Os estudos secundários se completaram no Seminário Episcopal de Pouso Alegre. Daí por diante foi um autodidata metódico e consciente.

A literatura o atraiu desde cedo; na adolescência já era poeta cheio de lirismo ingênuo, evoluindo para um romantismo puro, envolvido em terna sensibilidade. Seus versos passaram a ser publicados em jornais e revistas e tornaram-se conhecidos em todo o interior do Estado de São Paulo. A divulgação mais intensa foi realizada pelo jornal **O Pindorama**, de que ele foi redator na então Vila Americana. Conheci em sua casa uma coleção encadernada desse periódico, hoje provavelmente perdida pelo descaso e conseqüente dispersão condenável de sua valiosa biblioteca, depois de sua morte.

Voltando à sua carreira jornalística, vamos encontrá-lo em Barretos, onde no período de 1917 a 1922 foi redator de **O Comércio** e do **Diário**, além de colaborar na **Semana** e na **Colméia**, revistas locais. Ali, sob sua orientação, iniciei minha vida na imprensa em 1918; eu ainda era ginasião e fora passar em sua casa férias forçadas pela gripe espanhola.

Em Campinas, onde fixou residência definitiva em 1922, foi redator-chefe da **Gazeta de Campinas** em 1924 e 1925, em substituição a Galdino de Moraes Alves. Colaborador do **Correio Popular**, já afastado da lide jornalística, contava 55 anos em 1946 quando lhe foi oferecida a chefia da redação desse jornal, distinção que recusou num gesto romântico tão bem evocado por Júlio Mariano, o historiador da imprensa campineira, em conferência proferida no Teatro Municipal e publicada no **Diário do Povo** de 4-5-1958. Como jornalista, José Dias Leme deixou memoráveis artigos polêmicos e encantadoras crônicas literárias na **Gazeta de Campinas** e no **Correio Popular**; teatrólogo, teve o prazer de ver encenadas comédias e sainetes de sua autoria; publicista, divulgou plaquetes e folhetos sobre variadas teses, inclusive conferências e discursos que pronunciou; e como literato escreveu romances no gênero descritivo e psicológico, de fundo sentimental. Transparece de tudo isso a sua impressionante versatilidade intelectual combinada com penetrante inteligência e uma notável capacidade de realização. Mas de todas essas belas facetas de seu temperamento eu prefiro o poeta, pela pureza de seus anseios, pela sua expressiva simplicidade e pela ternura lírica de sua inspiração. E essa poesia simples e franca foi permanente em toda a sua vida e envolveu todas as suas atitudes, sendo responsável pelo melhor de seus dotes: o lado profundamente humano de seu coração e a melancólica e compassiva compreensão de sua alma diante da fraqueza dos homens. Este é o José Dias Leme que vive em minha memória. Além da rua com seu nome, muitas homenagens lhe foram prestadas postumamente. Uma das mais significativas foi a solene inauguração de seu retrato pela Associação Campineira de Imprensa, na "Galeria da Saudade" em sua sede social, no dia 15 de junho de 1958. Até hoje, artigos e crônicas de jornalistas que o conheceram continuam a rememorar sua passagem inconfundível pela imprensa campineira. Grande parte de seus trabalhos literários restou esparsa em jornais e revistas e infelizmente não enfeixou seus versos em livros. Das obras em prosa são conhecidas a novela **Lembrança de um nome**, as peças teatrais **Aromas do Crepúsculo** e **Regina**, ambas encenadas em Campinas; os romances **A Canção dos Olhos Verdes**, **A Ilha da Esperança** e outro planejado com o título **Quando as paineiras florirem**; e a conferência proferida em 1937 no Centro de Ciências, Letras e Artes sobre **Gustavo Teixeira, o Poeta da Solidão e da Renúncia**, edição da Casa Livro Azul.

Além dos que encontrei nesta peregrinação, nas ruas de Campinas não há mais nomes de poetas mortos, campineiros natos ou filhos de outras cidades, que viveram sob seu céu. Como vimos, são poucos e é possível que Campinas tenha cometido injustas omissões. O tempo, que é o grande mestre, há de naturalmente corrigi-las com dignidade.

(Publicado originalmente no **Correio Popular**, de Campinas, nos dias 29 e 30 de setembro, 3, 4 e 5 de outubro de 1972.)

## EM TORNO DE DOIS CENTENÁRIOS

Helga Iracema Landgraf Piccolo  
( Univ. Fed. do RS, Porto Alegre )

De autoria de Joaquim Francisco de Assis Brasil foram publicados em 1881: **A República Federal** e em 1882 a **História da República Riograndense**, volume I ( Edição Preparatória ). As duas obras impressas no Rio de Janeiro pela Typ. de G. Leuzinger & Filhos, pertencem à fase paulista, ou seja, a fase em que o autor como estudante da Faculdade Jurídica colaborou nos jornais acadêmicos **República** e **Evolução** e fez parte, juntamente com outros sul-riograndenses convertidos ao republicanismo, do "Clube Republicano Acadêmico" e do "Clube 20 de Setembro". No primeiro pronunciou em 1880 uma conferência: **O Oportunismo e a Revolução**<sup>1</sup> em que abordou questões que seriam retomadas e mais desenvolvidas em **A República Federal**<sup>2</sup> e, sob os auspícios do segundo, foi publicado **A História da República Riograndense** para comemorar "a immortal Revolução do Rio Grande do Sul, no seu 47º aniversário".

No ano em que se publicava a edição preparatória da **História da República Riograndense**, a Convenção de 23 de fevereiro fundava no Rio Grande do Sul o Partido Republicano Riograndense.

É o centenário da fundação do PRR que se comemora em 1982, que impõe a lembrança das duas obras citadas que ilustram de modo significativo o período da propaganda republicana e cujas repercussões não ficaram restritas ao Rio Grande do Sul de onde Assis Brasil era natural e onde se desenvolveu boa parte de sua carreira política<sup>3</sup>

(1) Essa conferência foi publicada em 1880 em São Paulo pela Typographia A. L. Garraux & Comp.

(2) O Livro II de **A República Federal** denomina-se "A Oportunidade", onde o autor procura justificar a oportunidade da República no Brasil.

(3) Assis Brasil foi o primeiro e único representante eleito pelo PRR à Assembléia Legislativa Provincial onde exerceu dois mandatos de 1885 a 1886 e de 1887 a 1888, respectivamente na 22ª e na 23ª legislaturas. Foi constituinte, representando o RS na Assembléia que promulgou a Constituição Federal de 1891. Na eleição presidencial de 25 de fevereiro de 1891 votou em Prudente de Moraes, após o que voltou ao RS renunciando ao mandato. Membro da comissão que deveria elaborar o projeto de Constituição do Estado, logo divergiu de Júlio de Castilhos pela orientação positivista por esse imprimida à Carta. Fez parte da efêmera Junta Governativa que substituiu Júlio de Castilhos após o golpe de Deodoro da Fonseca. Em 1892 iniciava a sua carreira diplomática. Em 1908 fundou no RS com Fernando Abbott, também dissidente republicano, o Partido Democrático. Esse Partido foi fundado em função das eleições presidenciais de 1907 quando Abbott concorreu contra o candidato do PRR, Carlos Barbosa Gonçalves. A nível federal, Assis Brasil apoiou Rui Barbosa nas oportunidades em que se apresentou como candidato à sucessão presidencial. Em 1922 foi candidato das oposições ao governo do Estado do RS concorrendo com Borges de Medeiros. A derrota dos assististas levou à Revolução de 1923

Assis Brasil, “talvez o maior teórico republicano do Brasil”, conforme George C. A. Boehrer<sup>4</sup>, preocupou-se com o conteúdo ideológico do movimento republicano, preocupação visível nas suas obras que se constituem em exposições doutrinárias<sup>5</sup>. Nesse sentido, destaca-se **A República Federal** onde aprofundou e sistematizou temas de seus escritos na imprensa acadêmica e dos debates de que participou nos clubes acadêmicos.

Em **A República Federal** — que foi instrumento de doutrinação na fase da propaganda republicana através de diversas edições estereotipadas — desenvolveu paralelamente às críticas ao sistema monárquico, a defesa da República, único regime segundo o autor, capaz de atender aos interesses nacionais e regionais brasileiros.

**A República Federal**, foi escrita numa conjuntura em que se acentuava a propaganda republicana tendo como matriz ideológica o Manifesto de 1870. No poder encontrava-se o Partido Liberal que em 1881 conseguira aprovar, pela chamada lei Saraiva, a reforma eleitoral instituindo a eleição direta no Brasil, reforma que já se incluía no programa liberal de 4 de maio de 1869 conhecido pelo lema “Reforma ou Revolução”. Exatamente por ter inscrito esse lema no seu programa, o Partido Liberal era questionado pelos republicanos de ainda ser um partido monarquista já que as reformas pregadas eram, segundo eles, incompatíveis com a monarquia e, se postas em prática, solapariam o regime vigente<sup>6</sup>. Realmente, uma análise das propostas liberais contidas tanto no programa de 4 de maio de 1869 como as do programa de 3 de novembro de 1869, mostra acentuadas semelhanças com o Manifesto de 1870.

O Partido Liberal, no exercício do poder desde 1878, parecia confirmar a crítica feita por Assis Brasil de que no Império os homens e partidos não tinham liberdade para “guiarem-se pelas próprias sugestões”. O partido que na oposição elaborara programas, estabelecera princípios, quando no governo não os cumpria porque não o podia fazer por força do poder pessoal do Imperador que impunha as diretrizes a serem seguidas.

cujo epílogo foi o Pacto de Pedras Altas assinado em dezembro desse mesmo ano. Em 1927 foi eleito deputado federal representando a Aliança Libertadora instituída em 15 de janeiro de 1924. Apoiou a Frente Única Gaúcha organizada em 1929 e que foi o suporte político regional da candidatura de Vargas à presidência da República. Foi Ministro da Agricultura do Governo Provisório. E representou o RS na Assembléia Constituinte de 1933/34.

(4) Boehrer, George C. A. — **Da Monarquia à República: História do Partido Republicano do Brasil**. Rio de Janeiro, MEC, 1954, p. 189.

(5) Ver Pessoa, Reynaldo Xavier Carneiro — **O Ideal Republicano e seu papel histórico no Segundo Reinado (1870 — 1889)**. Tese de doutoramento, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1972, págs. 115/116.

(6) Sobre esse programa escrevendo em 1879 em **A República**, ano IV, nº 2, de 21 de abril, dissera Assis Brasil ser a esperança dos republicanos.

Escrevera Assis Brasil em *A República*<sup>7</sup> que “as reformas são impossíveis no atual sistema, demonstra-o o partido liberal”<sup>8</sup>.

Em 1881, há três anos no poder, o Partido Liberal conseguira concretizar do seu programa reformista, apenas a reforma eleitoral. Não se deve perder de vista que o partido fora chamado ao governo para fazê-la.

Assis Brasil, já em 1879, escrevera sobre a inconsistência dos partidos monarquistas: “os espíritos vacilam; as convicções abalam-se; rasgam-se as bandeiras dos partidos; os conservadores avançam até os arraiais liberais e recuam até os limites do despotismo; os liberais avançam até o campo republicano e recuam até as raiais do autoritarismo. A confusão e a desordem são os fantasmas sombrios desta cena monstruosa”<sup>9</sup>.

Outra questão polêmica colocada por Assis Brasil é a da legitimidade da monarquia. Para ele, a monarquia no Brasil fora imposição de uma dinastia, ou seja, a monarquia trazia consigo o “pecado original de ser a expressão única da vontade daquele que a fundou.” “A monarquia no Brasil só se explica por uma grande perversão na vida política do país”<sup>10</sup>. E mais, foi a monarquia, através da corrupção, que entorpeceu a consciência do país e, por isso, a causa republicana por longo tempo não encontrou mais defensores.

Segundo o autor, a própria história das revoluções que eclodiram no Brasil, mostrava a idéia republicana arraigada no povo. Assim, se havia legitimidade, essa era a da República. Argumentava que o critério para concluir da superioridade de uma forma de governo sobre outra devia ser buscado “no estudo do caráter da nacionalidade, nos seus antecedentes históricos, na manifestação atual da sua vitalidade e, principalmente, nos destinos que a aguardam tão longe quanto a previsão científica possa alcançar”. E “simultaneamente com a necessidade de estudar precisamente

(7) Em *A República*, ano IV, nº 2, de 21 de abril de 1879.

(8) Sem entrarmos numa análise mais profunda desse ponto de vista de Assis Brasil, achamos, no entanto, que é de questionar se, realmente, o sistema onde o poder pessoal do Imperador existia de fato, era responsável pela atuação limitada do partido liberal quando governista, comparada com as suas propostas políticas quando oposição. Ou se, conforme Campos Salles, outro republicano histórico, lembrando diversas passagens dos liberais pelo governo, mostrou que eles “tinham autenticado de modo formal e explícito a renúncia de seus princípios”. Esse ponto de vista de Campos Salles encontra-se em discurso pronunciado na Assembléia Provincial de São Paulo em 11 de março de 1882. Enfim, a questão a discutir seria se o Imperador era o responsável pela não-consecução do programa do Partido Liberal ou se o Partido Liberal não se empenhava, quando no poder, no encaminhamento e na aprovação das reformas inscritas no seu programa.

(9) Em *Evolução*, ano I, nº 4 de 30 de maio de 1879.

(10) Essa interpretação feita por um republicano convicto que, na defesa de suas idéias não media esforços intelectuais argumentando com justificativas que exigem questionamento, pode ser acompanhada em diversas passagens de *A República Federal*. Por exemplo, nas páginas, 28, 44, 55/56.

o caráter de um povo surge a de analisar com igual previsão a natureza do governo que tal povo pode comportar”<sup>11</sup>. Por isso mesmo, o único governo que o Brasil comportava era o republicano. E só na República a democracia seria possível porque haveria a interferência do povo no processo decisório. A intervenção de todos, escreve Assis Brasil, era um direito decorrente da concepção da liberdade e da igualdade dos homens e uma necessidade urgente porque a falta dessa intervenção provocara o “aparecimento dessa tão conhecida apatia nacional”. Governo do povo pelo povo, é assim que Assis Brasil conceitua democracia que “só há com sufrágio universal”, “meio legítimo do povo manifestar-se” e a manifestação através do sufrágio universal constituía-se em manifestação da soberania nacional. Em outras palavras, como na monarquia não havia sufrágio universal, não havia democracia e a nação não era soberana.

Coerentemente, as críticas feitas por Assis Brasil ao sistema monárquico não podiam deixar de condenar a centralização. Pela centralização a monarquia era incapaz de atender aos múltiplos reclamos porque, por mais energia que o centro possuísse, exauria-se pela dispersão das forças. A centralização unia artificialmente o país pela “mutilação da natureza íntima de suas diversas partes”. Daí a necessidade da Federação. A República Federal proporcionaria o “desenvolvimento relativo do progresso dos estados ou províncias, sem roubar-lhes as forças peculiares”. Em suma, a República era sinônimo de progresso, a monarquia, o atraso.

Como a monarquia não atendia as necessidades brasileiras, protelando o governo a concretização de idéias justas, poderia ser responsável pelos “abalos violentos que sobressaltam a sociedade”, quer dizer, pela eclosão da Revolução. Conforme o autor, embora a revolução fosse um direito, ela devia ser evitada. “A Revolução não é mais do que o resultado lógico e natural da elaboração evolutiva salvo quando as sociedades forem sábias bastante para conjurar o mal abrindo livremente as válvulas ao progresso”, já escrevia Assis Brasil em *A Evolução*<sup>12</sup>. Aí se encontra o conceito de Revolução defendido igualmente em *A República Federal*.

É também neste mesmo livro que o autor desenvolve a idéia do progresso associada à de ordem:

“Há duas condições que legitimam a existência das instituições de um povo: conservar-se para viver, progredir para conservar-se. Um meio criado pelas exigências lógicas das cousas não se extingue de momento; enquanto ele perdura, as instituições a que deu lugar devem permanecer. É a necessidade da ordem. Mas a contínua luta da vida arrasta neces-

(11) É esse raciocínio que Assis Brasil vai desenvolver na *História da República Riograndense* para justificar a Revolução.

(12) Ano I, nº 4 de 30 de maio de 1879.

sariamente exigências novas, nada no mundo é absoluto e perpétuo, as idéias evoluem e se transfiguram, lenta e gradativamente o meio se transforma; as instituições têm de acompanhar este profundo desdobramento. Aparece, então, a necessidade do progresso. Todo governo que não traduz sincera e realmente esta grande fórmula: Ordem e Progresso — não é governo; é uma barreira formidável, lançada diante da felicidade e do sossego público. É um elemento perturbador, resistente, comprimindo e desnaturando a imperiosa e pacífica força evolutiva, que naturalmente impele para diante os elementos vivos da sociedade”<sup>13</sup>

Segundo Assis Brasil, separada a monarquia da massa da nação, isto é, do elemento progressivo, torna-se ela “essencialmente conservadora, ainda que não o queira, retrógada, ainda que deseje sinceramente acompanhar a evolução dos vários tempos que atravessa”.

A leitura de **A República Federal** é ilustrativa da influência do liberalismo, evolucionismo e positivismo sobre o pensamento de Assis Brasil, homem que teorizando no último quartel do século XIX não podia ficar imune a formas de pensamento então em voga.

Republicano, Assis Brasil sempre se posicionou como um liberal tal como o haviam feito os farroupilhas. Foi na Guerra dos Farrapos que buscou subsídios que serviram de embasamento para suas idéias políticas o que explica o seu empenho em escrever a **História da República Riograndense**. O volume que constituiu a edição preparatória, finda com a “inauguração” da República em novembro de 1836. Ficou clara a intenção do autor não só de continuar a História, mas de reformular o volume I numa edição definitiva, tarefa que Assis Brasil não pôde levar a termo.

Embora Assis Brasil se proponha no seu estudo a explicar “a origem e o prolongamento “da Revolução, não se pode dissociar a obra de **A República Federal**. Isso fica claro na introdução da **História da República Riograndense**: “Esta obra é ainda um esforço na direcção das idéias que expus e sustentei na República Federal”.

Assim, são retomadas as idéias de federação, criticando a uniformização política, a centralização. A diferença profunda entre o Brasil e o Rio Grande ( “não há província tão diferente do resto do Brasil como o Rio Grande”, para o que, afirma o autor, a natureza era fator decisivo ) exigia instituições conforme a índole da província, sendo a centralização motivo para a desintegração ( “a província foi amarrada ao centro pelos funestos laços da unidade mal-entendida”, escreve Assis Brasil ). Era a

(13) Obra citada, págs. 43/44.

identificação com o que o Manifesto de 1870 resumira em centralização — desmembramento; descentralização — unidade.

A administração imperial em relação ao Rio Grande do Sul, ou seja, o tratamento dispensado à província, o “uso” do Rio Grande na Campanha da Cisplatina conforme os interesses imperiais que não viam o problema das propriedades gaúchas no Uruguai, o não aproveitamento de gaúchos nos “postos de honra”, a continuidade da influência do “partido português”, foram outras tantas causas que contribuíram, segundo o autor, para o deflagrar da Revolução que é minuciosamente descrita até a proclamação da República Riograndense.

Nos apêndices, é transcrito o Manifesto de Bento Gonçalves de 25 de setembro de 1835 justificando o 20 de setembro. Não foi esse manifesto o que teve maiores repercussões futuras no movimento republicano sul-riograndense. Foi sobre o Manifesto de Bento Gonçalves de 29 de agosto de 1838 que a mocidade riograndense — e entre ela se encontrava Assis Brasil — jurou a sua fé republicana na Faculdade de Direito de São Paulo em 1881, época em que Assis Brasil já expunha com exemplar clareza e convicção as suas idéias políticas.

Se, em termos de organização política nacional, a Constituição de 1891 consagrou formalmente algumas das idéias mais caras a Assis Brasil — como a da federação, idéia exaustivamente trabalhada em “A República Federal” — a nível regional a institucionalização da República conforme a Carta Castilhistas de 14 de julho de 1891 não correspondeu ao pensamento de Assis Brasil contribuindo para o seu afastamento temporário da política riograndense em divergência com Júlio de Castilhos. Integrando a dissidência republicana que, engrossada com o decorrer dos anos, acabou por estabelecer com os federalistas (herdeiros do gasparismo no Rio Grande do Sul) uma frente oposicionista que disputou as eleições em 1922 tentando liquidar não só a hegemonia do Partido Republicano Riograndense, mas impedir a 5ª eleição de Borges de Medeiros ao governo do Estado.

Embora derrotados, os assististas organizaram a Aliança Libertadora em 1924, matriz ideológica do Partido Libertador fundado em Bajé em 1928 e cujo programa foi, então, o mesmo do Partido Democrático Nacional.

Assim, se as idéias políticas de Assis Brasil foram pela primeira vez estruturadas em São Paulo nos fins da década de setenta e princípios da década de oitenta do século passado quando vem a lume **A República Federal** e a **História da República Riograndense** (edição preparatória), na década de vinte do atual século, nos estertores da República Velha, os vínculos políticos com a oposição paulista representada pelo Partido Democrático vieram dar outras dimensões às suas idéias que se constituíram na base ideológica da Aliança Liberal.



Embora algumas de suas idéias tenham, no decorrer dos anos, sofrido alguma reformulação — aí está a questão do presidencialismo — o que fora defendido em **A República Federal** continuará a sê-lo, mostrando que a República nascida em 1889 não correspondera, na sua prática política, às suas expectativas.

E, conhecendo o desdobramento do processo histórico brasileiro pós-1930 — quando a “Revolução” que Assis Brasil apoiou e a que serviu por poucos anos derrubou a República oligárquica — nos parecem ainda de grande atualidade muitas das idéias formuladas há mais de um século.

\*

## O PÁTIO DO COLÉGIO E SUAS IGREJAS

Brasil Bandecchi  
( Academia Paulista de História )

Um tema aparentemente simples e quase pacífico levou os conceituados historiadores Alexandre Mello e Nilva R. Mello a exaustivas pesquisas que acabaram mostrando que não era tão simples nem tão pacífico.

O título do ensaio que publicaram é, por si só, a colocação do problema: **Pesquisando as Origens: o processo histórico da fundação de São Paulo: a posição calendária das igrejas jesuíticas do Pátio do Colégio de São Paulo** ( Editora Pannartz, São Paulo, 1981 ).

A atual igreja seria a terceira ou a quarta construída no Pátio do Colégio? A maioria tem afirmado — ou pelo menos dito — que é a terceira, mas os autores deste trabalho firmam pé e dizem que é a quarta. Não estão sós. Têm a seu lado o padre Serafim Leite. Em outras palavras; que a primeira igreja por todos referida não é a primeira mas sim a segunda, pois antes dela houve outra de proporções modestas, pequena, mas igreja onde os primeiros moradores de São Paulo se reuniam para o santo sacrifício da missa ou para a meditação nos exercícios espirituais. E sua construção se deu em 1553, quando Nóbrega esteve no Planalto de Piratininga, fato este já assinalado por Capistrano de Abreu, conforme os próprios autores informam em nota de pé-de-página, do que resulta que Serafim Leite não trouxe nenhuma novidade quando, em 1934, revelou que o então vice-provincial da Companhia de Jesus andara pela Serra-Acima, conforme carta datada de São Vicente, no dia 31 de agosto de 1553. Carta de Nóbrega dirigida ao padre Luís Gonçalves da Câmara.

Mas o objetivo principal do estudo é provar que quando Nóbrega esteve no Planalto, em 1553, além de providenciar a construção da Casa de Meninos, que devia mudar-se do litoral para o interior, tão bem descrita por Anchieta, cuidou, ainda, da ereção de uma igreja, sobre a qual pouco se fala. Pouco ou nada, para ser mais preciso.

É isto que o ensaio de Alexandre de Mello e Nilva R. Mello busca esclarecer e creio que atingiram seu alvo. A **domuncula** sobre a qual insistem, seria a primeira igreja do Pátio do Colégio e não a de 1556, inaugurada no dia de Todos os Santos. E defendem a tese com abundância de elementos, mostrando que a **domuncula** usada para ofícios religiosos e ensino da doutrina cristã não poderia confundir-se com a casa cheia de fumo, onde os jesuítas habitavam, trabalhavam, cozinhavam, tratavam os doentes... e Anchieta ensinava gramática latina.

Anchieta, a maior figura de intelectual do Brasil no século XVI, poeta, dramaturgo, cronista, prosador, autor de uma gramática tupi,

escreve que no dia 1º de novembro de 1556 entraram com procissão na igreja nova, “em nossa igreja nova”. Da maneira que está escrito subentende-se que seria uma “nova igreja” e não uma “igreja nova”, ou seja, recentemente construída. Vem em socorro desta interpretação o conjunto de argumentos apresentado e colhido em documentos coetâneos.

Assim, penso que é sólida a conclusão a que chegam os autores, de que o atual templo que se ergue no lugar em que São Paulo foi fundado é o quarto e não o terceiro, embora o primeiro, como eles mesmos o demonstram, tenha sido uma pequena edificação provisória para atender aos anos iniciais da catequese em Piratininga, ao lado da Casa de Meninos, matriz do colégio e depois da vila e da cidade, cujo foral é o de Santo André da Borda do Campo.

Dois reparos desejo fazer. Simples reparos, frutos de convicções pessoais. **Primo.** Entendo, como já tenho escrito, que a Vila de Piratininga, de Martim Afonso, só existiu no registro que Pero Lopes de Sousa fez em seu precioso **Diário**. Na realidade, nunca foi constituída, instalada, organizada. Ficou na referência, no papel. **Secundo.** Não me parece certo chamar a Anchieta de **secretário** de Nóbrega, como fazem alguns, por mais respeitáveis e idôneos sejam os historiadores e escritores que o façam, ficando claro que esta contestação nada tem a ver com os autores do presente trabalho.

( Nota introdutória ao livro **Pesquisando as Origens**, de Alexandre Mello e Nilva R. Mello ).

\*

## O PRIMEIRO LIVRO BÚLGARO SOBRE O BRASIL

Rumem Stoyanov

As relações búlgaro-brasileiras, embora não sistemáticas e longe de estarem à altura das possibilidades e dos interesses reais dos dois povos, têm já longa história. Sem serem ainda estudadas, estas relações escondem mais surpresas agradáveis que se pode imaginar. Para ser mais concreto, apontarei apenas um dos fatos mais impressionantes: no português-brasileiro entraram firmemente algumas palavras búlgaras. Este fato será objeto de futuro artigo. Analisemos agora a esfera literária. Em 1923, ou seja há sessenta anos, em Sófia, foi publicado um livro sobre o Brasil. Era o primeiro livro sobre o enorme país e levava o título **Em Direção ao Equador**. E o subtítulo concretizava: "Na Exposição Mundial do Rio de Janeiro, Brasil, América do Sul". Em 1937, mais um livro sai sobre o Brasil. É uma coletânea de contos, **O Pó atrás dos Rebanhos**, organizada por Matvey Valev, que havia trabalhado no Planalto Central.

O autor do livro **Em Direção ao Equador** é Stoian Omartchevski, naquele tempo Ministro da Educação do gabinete de Alexandre Stamboliiskis. Stamboliiski era o líder do partido político "União Agrária Popular Búlgara", que tinha chegado ao poder em 1920, através de eleições, formando um governo independente. Este governo realizou mudanças democráticas entre as quais a reforma agrária que lhe valeu em 1923 um golpe de Estado e Stamboliiski foi brutalmente assassinado. Vemos, portanto, que este foi o primeiro governo búlgaro a orientar a sua política para a América Latina. Hoje, a "União Agrária Popular Búlgara" é um dos partidos mais velhos do mundo, com experiência de mais de oitenta anos ( a "União" foi fundada em 1899 ) e junto com o Partido Comunista Búlgaro é um dos dois partidos dirigentes na República Popular da Bulgária. Permito-me um pequeno desvio para dizer que coube precisamente ao governo de Stamboliiski estabelecer relações consulares entre a Bulgária e o Brasil. Isto ocorreu em 1922 e o Brasil foi o primeiro país latino-americano a ter relações com a Bulgária ( mais tarde, em 1934, foram estabelecidas relações diplomáticas ). Precisamente cinquenta anos mais tarde, no Rio de Janeiro, a Condessa Pereira Carneiro contava que ainda guardava fotografias do seu marido com Alexandre Stamboliiski, que tinha visitado o dirigente do governo búlgaro em função da assinatura do acordo para estabelecimento destas representações diplomáticas. Tais fotografias, desconhecidas na Bulgária, como também outros materiais relacionados a este acontecimento, representam com certeza grande interesse para a história da UAPB e da Bulgária, e seria bom se, pelo menos cópias destes documentos, fossem oferecidos à Bulgária.

Mas voltemos a Omartchevski. Ele fora o iniciador, o ideólogo e o realizador principal de uma das reformas educacionais mais progressistas na história da Bulgária moderna. Fora também o organizador de várias melhorias na vida cultural nacional. Depois do golpe de Estado contra a UAPB, Omartchevski afastou-se da política e trabalhou apenas como intelectual. **Em Direção ao Equador** é uma mistura de notas de viagem, balanço diplomático e estudo econômico. Deixemos de lado as notas de viagem, porque nelas não consiste a importância deste livro. Ele contém 168 páginas divididas em seis partes e estas, por sua vez, em capítulos cujos títulos elucidam o que se crê ter atraído o búlgaro.

A primeira parte chama-se “De Paris através de Bordeaux para o Equador” (com os capítulos “Cem anos da Independência do Brasil”, “O que representa a Exposição Mundial” e “Em São Paulo”). A parte mais curta do texto, de quatro páginas, é a segunda: “Volta para a Bulgária”. A mais vasta é a terceira: “O Brasil no sentido geográfico, histórico, étnico e econômico”. Composta por 87 páginas, ou seja mais da metade do livro, esta parte ilustra o predominate na obra de Omartchevski. Esta terceira parte o autor dividiu em capítulos: I. “Notas geográficas”, II. “Notas históricas”; III. “População”; IV. “Produção e Comércio”; V. “Indústria”; VI. “Orçamentos federais”; VII. “Finanças do Estado”. Por ser o Estado de São Paulo primordial na economia brasileira, Omartchevski dedica-lhe uma parte especial, a quarta, de 34 páginas. As outras duas são: “Conclusão” e “Anexos” (Disposições gerais para os expositores e Regulamentos do júri para os prêmios). No final do livro há ainda sete fotografias.

O que é que levou o governo agrário a enviar uma delegação chefiada por Omartchevski para o longínquo e desconhecido Brasil, para participar da exposição por ocasião do centenário da independência do país? A resposta é dada pelo próprio Omartchevski: “a situação muito grave da Bulgária, àquela altura”; Dirigido por políticos inaptos, o povo colocou um triste recorde para o país — no período de seis anos tiveram lugar três guerras: a Balcânica, a dos Interaliados e a Primeira Guerra Mundial.

O país saiu delas dessangrado, com perdas significativas de terras, sofrendo duas catástrofes nacionais e enormes sanções dos seus vencedores. A Bulgária está em ruína econômica, sua situação internacional é extremamente desfavorável. O governo de Stamboliiski, que tinha subido ao poder dois anos depois da segunda catástrofe e sete depois da primeira, buscava meios para tirar o Estado e o povo desta situação lamentável. Um dos meios para alcançar este objetivo, o governo o vê no estabelecimento de uma cooperação com parceiros não tradicionais para a Bulgária na base de igualdade de direitos e interesses mútuos. Omartchevski diz

(pág. 16) que o seu país é o único dos Estados balcânicos que participaram dos festejos e da exposição. Também não é por acaso que a delegação búlgara, composta por três membros, inclui o filho do Primeiro-Ministro, Asseu Stamboliiski. Circunstâncias que demonstram que da missão brasileira de Omartchevski esperavam-se resultados importantes no setor econômico e político.

Permito-me citar aqui um pouco mais explicitamente um trecho do livro, que apóia as palavras acima: “A Guerra Mundial, com as suas graves conseqüências para os participantes dos dois campos, originou nos povos do Velho Mundo relações de hostilidade e ódio e tornou a situação internacional do povo búlgaro insuportável. São necessárias grande paciência e persistência, esforços enormes para poder acabar com a hostilidade e a desconfiança. Para alcançar isso e até chegar a este ponto, devemos estabelecer relações com alguns países da América do Sul e, em primeiro lugar, com o Brasil. A excelente recepção que lá me deram como representante do governo búlgaro, por parte do governo do Brasil e os meios competentes, entre os quais encontrei um bom conhecimento da Bulgária e do povo, uma avaliação correta das qualidades do búlgaro, dão-me razão para acreditar que a Bulgária encontrou no governo brasileiro um bom amigo e defensor ardente da sua causa. Deram-me garantias, o governo brasileiro e os meios competentes, de que farão tudo para que a Bulgária estabeleça relações comerciais diretas com o Brasil. Neste sentido, penso que é necessário destacar mais uma vez a boa impressão que a exposição búlgara causou no Rio de Janeiro junto aos meios governamentais, ao comércio e à sociedade. Não devem ser esquecidas as facilidades proporcionadas por parte dos órgãos competentes na organização da exposição” (pág. 132/133).

Claro que a rapidez do Brasil em estabelecer relações comerciais com a Bulgária decorreu não só de simpatias, mas de determinados interesses econômicos.

Durante a sua estada no Brasil, a delegação búlgara desenvolveu uma atividade contínua em vários setores: diplomático, de propaganda, econômico e cultural, que ultrapassa os limites de encontros protocolares convencionais. Para os três búlgaros (o outro era o filho de Filip Manolov, secretário-geral do Ministério da Educação) os dias passaram no Rio foram de intenso trabalho. Omartchevski foi recebido pelo Ministro do Exterior e na altura de viajar para São Paulo ele o acompanhou à estação ferroviária. Duas vezes foi recebido pelo presidente Epitácio Pessoa. Nas págs. 31/32 lemos: “Em 19 de setembro tive uma audiência de despedida com o Presidente da República que me deu no mesmo dia uma carta por ele escrita para o Presidente do Estado de São Paulo, Sua Excelência Dr. Washington Luís. Neste encontro com o presidente do Estado brasileiro eu tive a possibilidade de falar, pela quarta vez, da

situação difícil no nosso país e procurar a sua defesa e proteção para aliviar as pesadas condições do tratado de paz para a Bulgária. Falei-lhe do meu desejo de visitar o Estado de São Paulo, uma província da qual o Brasil orgulha-se em todos os sentidos: comercial, econômico, cultural etc.". Além de lhe entregar uma carta de recomendação para o presidente do Estado, Epitácio Pessoa também assegurou ao político búlgaro um comboio especial com o qual viajou até aquela cidade. Omartchevski foi recebido, ainda, pela esposa do presidente. Por iniciativa dela, o Ministério do Exterior divulgou na imprensa uma informação oficial sobre a visita do ministro búlgaro. Estes gestos de atenção por parte do presidente brasileiro e de sua esposa demonstram que o enviado búlgaro tinha ganho a sua benevolência, fato que facilitou muito a sua missão diplomática. Além disso, a delegação búlgara cumpriu fielmente todo o programa com as numerosas recepções, visitas e desfiles militares. A atividade dos enviados deve ter sido realmente muito carregada no esforço de fazerem o possível para que a sociedade brasileira conhecesse a sua pátria, pois a Bulgária obteve direito exclusivo de participar com as suas vitrinas no maior pavilhão industrial do Brasil, embora a proibição existente para os estrangeiros.

Omartchevski não esquece os brasileiros que o ajudaram na execução destas tarefas. Por sua proposta, dois deles, Amilcar Marquezini, secretário da Comissão dos Trabalhos Externos na Câmara dos Deputados, no Rio, e o professor Mindelo, funcionário do pavilhão industrial, foram condecorados pelo governo búlgaro com medalha de méritos civis. Entre os brasileiros cujos nomes encontramos no livro de Omartchevski, está o diretor-geral da Exposição, Sr. Niemeyer. Este fato levanta a nossa curiosidade: será algum parente de Oscar Niemeyer, que no ano passado, numa entrevista pela televisão brasileira e perante a revista búlgara "Otetchevstvo", declarou que o país do qual mais gosta é a Bulgária ?

No seu desejo de aproximar os dois povos Omartchevski não deixa de mencionar no livro as relações existentes entre búlgaros e brasileiros. Do seu discurso em São Paulo, diz que foi traduzido pelo seu compatriota Atanassov, que tinha ido dezesseis anos antes para o Brasil e era, naquela altura, professor de zootecnia na Escola Agrícola de Piracicaba. Quando visita o Instituto Butantã, descobre que o seu dirigente, Prof. Rudolf Kraus, é conhecido na Bulgária pela sua participação nas lutas vitoriosas contra os turcos nas cidades de Lule Burgas e Bunar Hissar, durante a Guerra Balcânica ( 1912 ). Uma expressão de respeito para com a nação búlgara, representada, sem dúvida, magnificamente pelos seus enviados, foi a decisão das autoridades de dar a uma rua de São Paulo o nome

de "Sófia", a capital búlgara. Despedindo-se de São Paulo, Omartchevski envia uma carta de agradecimentos ao Presidente do Estado, Dr. Washington Luís, que será publicada nos jornais da cidade. Depois, Omartchevski visita a cidade de Santos, onde também foi recebido com honras militares e o hino búlgaro e as autoridades deram uma recepção para mais de duzentas pessoas.

**Em Direção ao Equador** distingue-se não só pelo seu espírito de amizade para com o Brasil, mas também por um conhecimento político e econômico do ministro Omartchevski que, utilizando dados estatísticos, tabelas e esquemas tirados de fontes brasileiras, fundamenta a vantagem mútua de um intercâmbio comercial entre os dois estados. Depois de estudar os seus interesses, faz propostas concretas para o estabelecimento de um intercâmbio comercial direto, sem a intervenção de terceiros países. Omartchevski descreve uma forma de cooperação econômica (pág. 14) que hoje também é interessante: "Criar uma linha de navegação direta entre o Brasil e a Bulgária e formar em alguns dos portos búlgaros um posto de armazém de café para toda a Península Balcânica: esta era uma das idéias que agradou sobretudo aos exportadores brasileiros de café".

A presença material búlgara na Exposição Mundial do Rio de Janeiro foi modesta. Consistia em duas vitrinas com objetos de artesanato: trajes típicos, instrumentos musicais, todos doados depois ao Museu Etnográfico Brasileiro, tabaco, óleo de rosas. Mas era significativa. O júri internacional concedeu seis prêmios aos artigos búlgaros: o "hors concours" para o óleo de rosas; "grand prix" para os tabacos búlgaros. Um reconhecimento importante para um povo escravizado durante quinhentos anos, livre somente quarenta e quatro anos e sujeito ao sofrimento de quatro guerras e duas catástrofes nacionais.

Lamentavelmente, toda a política de Stamboliiski para o estabelecimento de relações com o Brasil, assim como feito pelo ministro Omartchevski e a sua delegação, no sentido de aproximação dos dois povos, foi logo condenada ao fracasso pelo golpe de estado reacionário de junho de 1923. Para a Bulgária, de novo vêm os dias sangrentos, tão freqüentes na sua história de mil e trezentos anos: a primeira insurreição antifascista do mundo, em 1923, da qual participam ativamente os camponeses da UAPB, o terror branco de 1925 e a resistência armada antifascista de 1941/1944.

Agora, quando se comemoram sessenta anos do estabelecimento das relações entre o Brasil e a Bulgária, poderíamos dizer que aquilo



pelo que lutaram Stamboliiski e Omartchevski já é uma realidade: os dois países realizam na base da igualdade um intercâmbio de bens materiais e espirituais em nome da paz e do entendimento.

( Transcr. do **Correio do Povo**, de Porto Alegre, de 30/3 e 1/4 de 1982. )

\*

SCHLAPPRIZ, BURCHELL E ARTE  
RELIGIOSA NO BRASIL

Mário Barata

Entre os livros de 1981, no Brasil, deve ser destacada edição verdadeiramente monumental de trabalho do crítico de arte Clarival do Prado Valadares, **Aspectos da Arte Religiosa no Brasil: Bahia, Pernambuco, Paraíba**, edição Odebrecht, com a cooperação da Spala Editora, Rio, 1981, fora do comércio. De formato 31cm x 28cm, apresenta 221 amplas fotos coloridas, muito bem reproduzidas, com impressão de raro nível do país, pela qualidade. Permitirá, longe dos originais, estudos mais exatos na nossa História da Arte, cujo desenvolvimento deverá retomar o caráter científico que o antigo SPHAN vinha obtendo há três decênios.

O autor escreveu preâmbulo e extensos comentários-verbetes, acompanhando as ilustrações e finaliza, como em outros seus trabalhos, com boa relação bibliográfica.

Entre outras publicações de arte oferecendo valor histórico, estão dois livros preparados cuidadosamente por Gilberto Ferrez, historiador que aí aprofunda os seus estudos e divulga material iconográfico sobre um artista e um botânico, em seus desenhos brasileiros. O primeiro é o suíço Luiz Schlappriz, chegado ao Recife em 1858, e outro o inglês William J. Burchell, que esteve no Brasil de 1825 a 1829.

Schlappriz tornou-se famoso pelas imagens que nos legou, em litografias lançadas de 1863 a 1865, por F. H. Carls, no Recife. Já em 1954, Ferrez havia preparado catálogo dessas peças, publicado no Recife. É acertada a dedução deste dedicado pesquisador de que o autor artístico seria integralmente Schlappriz. A inscrição **dess** aposta ao nome do artista deve ser **dessinateur**, escolhido o termo francês por ser então corrente a influência da França nas artes. Justifica-se também por basear-se em técnica usando o desenho direta sobre a pedra preparado. Já a menção **Lith**, que vem antes do nome de Carls, indica, como no caso de outras litografias instaladas no Império, a empresa ou oficina e não a ação de litografar.

Carls era alemão de Osnabruck. Schlappriz era presumivelmente do cantão de Thurgau, perto do lago Constança. Ferrez cita as pesquisas a respeito do Prof. José Antônio Gonçalves de Mello, no **Diário de Pernambuco**. Esse conhecido historiador pernambucano tem encontrado muita documentação sobre as artes do passado de sua região e auguramos que isso continue, em benefício de todos nós.

O livro intitula-se **O Álbum de Luís Schlappriz, Memória de Pernambuco, Álbum para os Amigos das Artes 1863** e compendia 32

pranchas, numa edição primorosa da Fundação de Cultura Cidade do Recife, com excelente apoio gráfico da Fundação Pró-Memória, lançada em fins de 1981.

A ação benemérita de Gilberto Ferrez se concentra sobretudo no lado iconográfico e nas informações atinentes a sítios e edifícios, colhidas em livros antigos. Isso se comprova também no outro trabalho por ele publicado no final do ano: **O Brasil do Primeiro Reinado visto pelo botânico William John Burchell, 1825/1829**, pela edição da Fundação João Moreira Sales e Fundação Nacional Pró-Memória, Rio de Janeiro, 1981. Os desenhos valiosos de Burchell ( 1781 – 1863 ), nascido e falecido na Inglaterra, tornam-se agora mais conhecidos dos estudiosos, tendo estado a maioria deles inédita até este livro. Os desenhos relativos a Goiás Velho e a viagem ao Pará pelo Tocantins são surpreendentes e é pena que se haja perdido o panorama de Belém, como revela Ferrez, que reproduz com nostalgia ou como chamariz aos futuros pesquisadores, as oito páginas do índice remissivo desse desenho extraviado, com 128 itens, incluindo ao lado de menções a casas particulares já conhecidas por desenhos de Landi ou outras fontes – como as da família José M. Rodrigues Martins e da de Ambrósio H. da Silva Pombo – as das famílias de João de Araújo ( Rozo ) e da Viúva Cardozo, parente do anterior; à família pertencia Jacinta Maria de Araújo Cardozo, que veio a casar-se com Manuel José de Melo Freire Barata. Também está referida a casa de Vicente Antônio de Miranda, tio-avô de Antônio Chermont de Miranda, que visitei no Le Vesinet, perto de Paris, em 1946.

Observou com razão Ferrez que esta preciosa série de desenhos confirma a unidade da arquitetura no imenso território brasileiro. Isso sobressai pela comparação das imagens de Santos, Goiás e Pará com as do Rio, destacando a uniformidade e a grandeza da implantação arquitetônico-urbanística dos portugueses na sua colônia. Rua de Goiás parece com as que conhecemos de Desterro ou do Rio de Janeiro. Igrejas do interior do Pará ou do Brasil central se equivalem, no gosto e nas dimensões, com muitas do litoral. O autor anota certos pormenores inéditos, como o de ponte coberta ( p. 71 ).

Em Goiás Velho, desenho panorâmico revela como era a Matriz de Sant'Ana ( pp. 124 e 126 ) hoje desaparecida, cujo frontão acentuado e rigidamente triangular – em uma Capitania onde, no século XVIII, havia igrejinhas de alçados ornamentais barrocos, documentados – parece indicar tratar-se, nessa parte, de construção continuada no início do Oitocentos, o que sugere certa rapidez de transmissão dos estilos em novas linguagens, no interior do país, fato ainda pouco estudado. Lateralmente, a Matriz é barroquizante. Muitos outros pontos do passado de nossa arquitetura necessitam ser documentados e analisados dentro

dos métodos historiográficos mais completos, a se difundirem entre nós. Livros como este contribuem para isso, com útil documentação.

( Do "Jornal do Comércio", Rio de Janeiro,  
20-1-1082.)

\*

## CRÔNICA PARA UM HOMEM CORDIAL

José Roberto do Amaral Lapa  
(Unicamp — Campinas)

(Publicado no **Correio Popular**, de Campinas, no dia 16 de maio, o presente artigo é aqui transcrito numa homenagem ao grande historiador Sérgio Buarque de Holanda, falecido a 24 de abril do corrente ano.)

Vamos chegando a um momento da jornada, no qual os anos acumulados levam-nos a figurar como personagens de certas histórias. Menos pelo ensejo ou capacidade de protagonizar situações, de passar de sujeito a objeto ou de resgatar passos perdidos pelos caminhos do mundo, e mais porque tivemos o privilégio de receber muito com quem cruzamos ao longo dos referidos caminhos.

Com a morte de Sérgio Buarque de Holanda são consideravelmente reduzidas as dimensões de toda uma geração de historiadores brasileiros que se formou e se profissionalizou antes e/ou independente das Faculdades de Filosofia. Geralmente bacharéis em Direito, pois ainda não havia sido conferida à História o nível superior de ensino. Assim e por isso, essa geração, cuja obra permanece e permanecerá como um momento do pensamento histórico brasileiro, foi na verdade pouco aproveitada pela Universidade, cujas estruturas empedernidas sempre se eriçaram com o concurso de intelectuais do porte de Caio Prado Júnior, José Honório Rodrigues ou Nelson Werneck Sodré, para citarmos apenas alguns nomes da geração de Sérgio Buarque.

Já com o autor de **Caminhos e Fronteiras**, sem ser possível desconhecer a significação de sua obra, então realizada, foi-lhe aberta a USP, onde ingressa em 1956, tendo sido responsável pela orientação de expressivo número de historiadores, cujos trabalhos dignificaram a produção científica daquela Universidade. Dela só sairia num ato espontâneo de independência e solidariedade intelectual e humana.

Com um conjunto de livros marcados pelo estilo de um historiador que dominava — o que não é muito comum na comunidade — a língua portuguesa, escrevendo excepcionalmente bem, com vocação crítica aparelhada de superior erudição, Buarque de Holanda é possivelmente o único entre nós a ter aplicado, geralmente com bons resultados, a Psicologia Social à História, chegando a elaborar proposições teóricas, das quais a mais conhecida, usada e abusada, e finalmente desdenhada, de certa maneira pelo seu próprio criador — a do **homem cordial** — despojava a história da formação social brasileira do seu componente cruento.

Essa teorização que colocava dialeticamente defeitos e qualidades do homem que aqui se erigiu, estava embutida na constelação de estudos sobre o “caráter nacional brasileiro”, que empolgaram em época não muito afastada, as ciências sociais no Brasil. Procurava surpreender no indivíduo, no grupo e na sociedade, mais do que na classe social, potencialidades e carências exacerbadas.

Mas, não foi com essa proposta ou só com ela, que o autor de **Raízes do Brasil** conquistou seu espaço em nossa historiografia. Antes, foi pelo conjunto e expressão de sua obra, onde são revistas velhas questões ao lado de colocações inovadoras que muitas vezes arrebataram com esquemas convencionais, foi pela independência intelectual e ideológica do seu trabalho na Universidade e fora dela, pela dimensão humana com que soube pulsar as suas atitudes.

Durante a elaboração de nossa tese de doutorado, frequentamos com certa regularidade a casa da Rua Buri, 35, no Pacaembu, pois era o nosso orientador. Tínhamos longas conversas, interrompidas pelo cafezinho de dona Maria Amélia ou pela discreta passagem das crianças, entre elas Chico Buarque. Conservamos ainda os originais do trabalho, trazendo nas margens as anotações que fazia com sua letra miúda. Não deixava passar cochilos de redação e emprestava-nos o apuro de construções redacionais que conferiram outra feição ao texto. As indicações fatuais e bibliográficas que o seu conhecimento permitia, os contatos para os quais nos recomendou, tornaram possível gabaritar o que tinha acanhado alcance.

Mas, não era fácil centrar nossas discussões em suas anotações críticas ou mesmo nos pontos sobre problemas específicos, com os quais nos debatíamos. O nosso esforço nesse sentido nem sempre era bem sucedido. Acontece que Sérgio Buarque era excelente **causeur**, tinha humor e sarcasmo em suas observações e comentários, sabia contar anedotas picanhas.

As viagens que fizera, os contatos e convivência com a geração modernista, o domínio da literatura brasileira e universal, a segurança inclusive com as artes, o desempenho na Biblioteca Nacional, no Museu Paulista, no Instituto de Estudos Brasileiros, entre outras instituições, bem como o impressionante conhecimento histórico que possuía, indo do detalhe sobre abelhas indígenas aos métodos sertanejos de caça ou de arcaicas técnicas agrárias até a visão abrangente de nossa formação e afinal a interpretação do Brasil, sempre davam o mote para as digressões, das quais gostosamente participávamos, sem ver o tempo passar, surpreendidos já noite avançada no Pacaembu.

Sabia quebrar a austeridade dos rituais e atos acadêmicos. Em quantos concursos e reuniões, os seus comentários chistosos riscavam o ar, caricaturando façanhudos ou apontando equívocos.

A sua obra procura conhecer e descrever todo um complexo de comportamentos do colonizador e do colonizado, entendido nos detalhes e no seu conjunto. Dessa maneira, seus pressupostos são centrados numa tese: a de que só compreenderemos esse quadro de atitudes e reações da sociedade brasileira através do estudo de suas raízes ibéricas. Para chegar a essa concepção suas pesquisas e estudos fizeram novamente o percurso das fontes que para outros autores já não tinham mais o que informar.

A experiência que teve no campo didático foi pequena e em historiografia deixou uma avaliação crítica de qualidade sobre os estudos históricos brasileiros na primeira metade do século.

A contribuição maior foi à História Social e à História Política, num primeiro momento detendo-se em nossa formação colonial, para depois oferecer alguns estudos de história política sobre o Império, em abordagens heterodoxas para os padrões e modismos que costumam alvoroçar os arraiais de historiadores brasileiros.

Ao desenvolver a teoria sobre a maneira cordial de ser brasileiro — que adestramos como indivíduos e como povo — Sérgio Buarque considera em certa passagem que: “No **homem cordial**, a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com o outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, periférica, que no brasileiro — como bom americano — tende a ser a que mais importa. Ela é antes um viver nos outros. Foi a esse tipo humano que se dirigiu Nietzsche quando disse: ‘Vosso mau amor de vós mesmos faz do isolamento um cativoiro’”.

Falava, sem dúvida, de si. Viveu e viverá nos outros. Na esposa e nos filhos que deixou. Na obra que construiu, nos amigos que conquistou. Em nós, seus alunos e orientandos.

## A HERÁLDICA – ONTEM E HOJE

Edison Mueller  
( Blumenau, SC )

O brasão é um sistema de identificação visual, em princípio de caráter pessoal e hereditário, que utiliza símbolos segundo determinadas convenções, basicamente dispostos sobre uma superfície delimitada à feição dos escudos defensivos antigos. Compreende a criação, a descrição em termos adequados, a garantia à posse exclusiva e o uso desse tipo de insígnia. O estudo do Brasão, também chamado Armaria, incluía-se nos serviços de um funcionário dos senhores feudais antigos, encarregado também de determinadas cerimônias e da Genealogia das famílias nobres — o **arauto**, título do qual se deriva, pela sua forma alemã, “Herold”, a denominação popular dessa ciência/arte — a Heráldica.

Símbolos diversos foram usados desde tempos imemoriais para identificar, além de indivíduos e famílias, grupos políticos e unidades militares. Todavia, a Heráldica surgiu realmente — como sistema permanente, complexo e submetido a regras convencionais de insígnias legadas dentro das famílias — do desenvolvimento da aristocracia militar da Europa medieval.

A Heráldica emergiu portanto, no século XII, na Europa ocidental, como solução prática à necessidade de identificação militar. Nessa época, quando a cota de malha metálica foi gradualmente suplantada pela armadura de placas rígidas, também o capacete cônico, que deixava o rosto exposto, acabou sendo substituído lentamente por um elmo fechado, que tornava o guerreiro irreconhecível, mesmo para o grupo de seus seguidores, a “mesnada”.

Os senhores feudais começaram então a decorar os seus escudos defensivos com figuras e formas originais, simples, visíveis instantaneamente e memorizáveis com facilidade, em cores bem contrastantes. O único objetivo dessa ornamentação era estabelecer corretamente a identidade de quem portava o escudo, para prevenir engano de identificação. Pelo mesmo motivo, o guerreiro também passou a exibir a sua insígnia pessoal em flâmula atada à própria lança e na túnica de pano, a “cota d’armas”, usada por cima da armadura, como proteção aos rigores do tempo. Igualmente a capa protetora do seu cavalo de batalha, o “xai-rel”, ostentava a mesma insígnia ornamental.

A rápida difusão desse engenhoso e prático sistema de identificação, o **brasão**, e o aparecimento inicial de símbolos convencionais e regras para seu uso deveram-se principalmente às Cruzadas, às justas e aos torneios, porque foi sobretudo nessas ocasiões que os senhores feudais



juntos guerreavam os infieis ou participavam de combates simulados, nas festas populares normalmente organizadas pelos arautos.

A capacidade para identificar uma pessoa por seus emblemas heráldicos logo tornava-se comum, por isso, tanto ao soldado como a todas as classes da população. Em consequência disso, o uso de tais signos não demorou em estender-se a funções não-bélicas ou militares. À época das Cruzadas e mesmo nos tempos subseqüentes, o homem normal geralmente era analfabeto e, portanto, incapaz de identificar uma assinatura; podia reconhecer facilmente, porém, um emblema heráldico. Disseminou-se por isso o uso de brasões, gravados nos selos usados para identificar cartas e outros documentos, reproduzidos em tapeçarias e nas vestes, aplicados a utensílios e objetos pessoais, esculpidos na fachada e no interior de castelos e igrejas ou nas lápides sepulcrais.

O **brasão** tornou-se assim não só um modo de identificação mas também, em face de seu vínculo com a aristocracia militar proprietária de terras ( que incluía os ricos-homens e simples cavaleiros ), um sinal de posição social superior. Em consequência, outras pessoas em cargos de autoridade, como os prelados, que não pertenciam necessariamente à nobreza e comumente não exerciam atividade militar, começaram a usar insígnias heráldicas — por conveniência e prestígio. Brasões foram também adotados mais tarde por pessoas não integrantes da Nobreza ou da classe militar, como os riscos burgueses patricios, na Itália; a burguesia, na França; os proprietários fundiários rurais na Suíça, Áustria e Alemanha; e, nos séculos XVI e XVII, os abastados comerciantes da Inglaterra etc. Igualmente passaram a usar brasões as “guildas” e outras corporações profissionais, as universidades, as sedes episcopais, as cidades, os municípios, os Estados nacionais, as empresas governamentais e privadas — e outros.

Depois de popularizar-se na Europa, a adoção e o uso de brasões divulgaram-se também por outros continentes ( América e África, principalmente ), por influência dos sucessivos movimentos de colonização e imigração iniciados no Velho Mundo.

Mas, após o fulgurante esplendor da Heráldica nos séculos XIV e XV, ocorreu simultaneamente o desastroso triunfo da iluminura sobre a ingênua e característica simplicidade de desenho e de colorido do primitivo brasão. Seguiram-se séculos de profunda decadência no estudo e no uso das insígnias heraldicamente ordenadas. Apenas no decurso da segunda metade da última centuária dão-se, na Europa, graças a uma plêiade de idôneos heraldistas e pacientes pesquisadores, os passos decisivos do renascimento da Armaria como Ciência, como Técnica e como Arte.

Nas democracias industriais do século XX o Brasão evidentemente não possui mais a significação legal ou social dos tempos antigos.

E nas repúblicas, como no Brasil, onde não há Nobreza oficial, a Heráldica infelizmente ainda desperta pouco interesse. É considerada apenas “uma ciência auxiliar da História”, definição essa que, entretanto, está muito aquém do seu verdadeiro o legítimo significado.

Ao observador atento e possuidor de noções do Brasão se revela — e de forma maravilhosa — quão marcante é, na vida moderna, apesar de inapercebida pelo leigo no assunto, a presença das longevas figuras heráldicas e do espírito dessa extraordinária Arte — na pintura, na escultura, na publicidade, na arquitetura, nos selos postais, nas capas de discos, em livros e revistas, nas placas de sinalização de trânsito, nas insígnias dos clubes, nas marcas comerciais, nos veículos de transporte, nos trajes militares, nas roupas de esporte, nas condecorações governamentais, na moeda circulante, nos rótulos das garrafas de vinho e nas mercadorias expostas em supermercados, até no invólucro de um simples picolé !

Ao longo dos séculos modificou-se, portanto, o significado social e legal do brasão. Não se reduziu nem se apequenou, porém, o intrínseco e alto valor da Armaria como Ciência, como Técnica e como Arte.

Por conseguinte, a Heráldica deveria ser estudada com seriedade não só nos cursos de História, mas integrar obrigatoriamente também os cursos universitários de Artes Plásticas, Belas-Artes e Educação Artística, à vista do uso intenso de símbolos heraldicamente ordenados, nos tempos modernos, em todo o mundo, e de sua irrefutável presença e enorme influência na nossa vida cotidiana.

\*

## REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Arquivo Rio Claro, nº 1, janeiro de 1982.

Assumindo a direção do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, entendeu a Professora Ana Maria de Almeida Camargo de dinamizá-lo, iniciando logo pelo mais difícil, que é o setor das publicações. Além de um "Inventário analítico dos documentos sobre Rio Claro existentes no Arquivo do Estado" (do qual o primeiro volume vem também de ser publicado), atirou-se à meritória tarefa de uma publicação periódica regular, mais ou menos nos moldes dos que vêm sendo editados pelo Arquivo Nacional e pelo Arquivo do Estado de São Paulo, isto é, uma publicação não apenas informativa das atividades do Arquivo (o que já não seria pouco), mas com pequenos artigos sobre "Teoria e Prática" (título de seção) do Arquivismo e também transcrição de documentos. Assim, neste primeiro fascículo comparece a Professora Heloísa L. Belloto com oportuno artigo sobre as delimitações dos campos de arquivos, bibliotecas e museus (quase sempre confundidos ou mal definidos). E a seção de documentos transcreve valiosa peça para a história da cidade: o assentamento de óbitos de Manuel Paes de Aruda (um dos fundadores de Rio Claro) e de sua esposa Maria Leite de Matos. Também neste número o Padre Jamil Abib história a criação do arquivo rioclarense. Completa o fascículo uma seção de "Notas e Informações" das mais variada natureza. A NBH, que já vem registrando com frequência duas importantes publicações rioclarense no campo da Geografia, rejubila-se em poder registrar esta nova publicação, de natureza histórica e arquivística. Endereço para os interessados em contatos: Arquivo Público e Histórico de Rio Claro, Caixa postal 284, Rio Claro, SP (CEP 13500).ONM

Baldin, Nelma — A Intendência da Marinha de Santa Catarina e a Questão da Cisplatina. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1980. 128 págs.

O interesse por esse tema, declara a autora, surgiu da atenção despertada ao ler-se acerca da história catarinense e encontrar-se citações superficiais a propósito da existência de repartição conhecida como Intendência da Marinha em Santa Catarina. "À medida que se liam novas obras, a inexatidão das informações sobre o tema aguçava cada vez mais a nossa curiosidade. Sentiu-se daí a necessidade de maior exploração do assunto, o qual poderia vir a elucidar certas lacunas da história de Santa Catarina. A motivação levou à leitura das obras existentes e à pesquisa nos documentos manuscritos em

diversos arquivos”. E o resultado foi o livro que aqui se registra, no qual a autora estuda uma das muitas funções, talvez a mais importante, da Intendência de Marinha de Santa Catarina: servir de base logística para as embarcações da Armada Imperial que operavam no Rio da Prata durante a Campanha Cisplatina. Enganam-se os que, à vista do título, pensam tratar-se de contribuição apenas para a história militar da terra “barriga-verde”. Embora este seja o enfoque principal, há outros aspectos dignos de menção no livro, como, aliás, soube sentir o próprio prefaciador, Vice-Almirante João Carlos Gonçalves Caminha. Precisa indicação das fontes utilizadas e, ainda, anexos estatísticos fundamentam o trabalho, mostrando, acima de tudo, a seriedade com que foi elaborado. ONM ( Cortesia da Fundação Catarinense de Cultura. )

Bandecchi, Brasil – De Braille a Ruy Barbosa. São Paulo, Editora Panartz, 1980, 122 pp.

Reúne este volume alguns dos muitos discursos que, quando vereador, Brasil Bandecchi pronunciou na edilidade paulistana, na legislatura de 1948 a 1951. “São trabalhos que podem ser lidos fora do contexto dos debates parlamentares”, informa o autor em nota explicativa, para acrescentar, pouco adiante, que se trata de nova edição, devidamente corrigida, do livro publicado em 1974 sob o título: **Na tribuna da Câmara Municipal de São Paulo**. “Quem examinar os discursos pronunciados há trinta anos na Câmara Municipal de São Paulo, verá que alguns dos problemas enfocados então já se encontram solucionados ou superados e que outros, ainda hoje, desafiam os administradores”. A variedade dos temas abordados em seus pronunciamentos – imprensa Braille, educação, menores abandonados, eleições, discriminação de rendas, distribuição de energia elétrica, abastecimento de leite, assistência hospitalar, museus, centenário de Ruy Barbosa – demonstra o espírito verdadeiramente comunitário de que se imbuíu o então vereador, que pouco depois ocuparia a pasta da Educação do Município e atualmente mesmo fora das lutas políticas, revela em seus escritos de brilhante historiador profundo interesse pelas coisas de sua cidade. ONM ( Cortesia do autor. )

Canabrava, Alice Piffer – O Açúcar nas Antilhas, 1697-1755. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981. 260 pp. ( Série “Ensaio Econômicos”, vol. 15. )

Este trabalho representa valiosa contribuição ( e não “pequena”, como modestamente diz a autora ) ao estudo das condições da manufatura açucareira nas ilhas antilhanas francesas e inglesas nos anos de 1697 a 1755. “Ali se desenvolveu, desde o século XVII,

com elementos procedentes do Brasil, a manufatura do açúcar, a qual foi também, durante o seiscentismo, principal fonte de riqueza do Brasil Colônia e grande fator de colonização. É inegável a semelhança entre as áreas açucareiras na América, seja na vida econômica e social, como na paisagem geográfica, em virtude da produção única do açúcar, da predominância do latifúndio e da escravidão africana. Entretanto, é cedo ainda, dado o estado das pesquisas históricas no Brasil, e nas Antilhas, para um estudo comparativo que ponha em evidência todas as s semelhanças e diferenças entre as duas áreas nos seus diversos aspectos da vida social, econômica e política” (Do prefácio). Pois foi com o objetivo de contribuir para o esclarecimento do estudo reclamado, que a autora elaborou exaustivo trabalho de pesquisa, destinado, originalmente, a um curso de cátedra na Universidade de São Paulo. Apresentado em forma mimeografada e com tiragem restrita apenas para atender às exigências regulamentares, poucas pessoas tiveram acesso à importante monografia que, agora e pela primeira vez, se publica em livro. Informa a autora que se conservou fiel ao texto original, submetido apenas a corrigendas de redação. Há, todavia, a lamentar-se não se tenha feito do livro uma edição comercial, para que possa ser adquirido nas livrarias pelos interessados. Como publicação oficial, nem todos terão acesso a ele, o que não impede, é claro, que nos compramos em registrá-lo. ONM. (Cortesia do Instituto de Pesquisas Econômicas.)

Carvalho, Cônego José Geraldo Vidigal de — Temas Históricos. Carta-prefácio de Edgard de Vasconcelos. Belo Horizonte, Edições Júpiter, 1980. 148 pp.

Neste volume estão reunidos trabalhos pertinentes a estudos históricos cujos textos, utilizados em diversos cursos, “têm oferecido aos estudiosos reflexões, fixando princípios metodológicos, indicando pistas para novos estudos, suscitando proveitosos debates. Os capítulos apresentam temas isolados, mas cujo fio condutor é o interesse pela História.” E os “temas isolados”, a que se refere o autor, interessam à História da Igreja tanto no Brasil, como fora dele. Apenas, não há no livro uma seqüência que implique melhor sistematização: os temas se sucedem como quê ao acaso, ou à medida em que foram escritos. Isto, porém, não os invalida, dado o interesse que decorre de seus próprios enunciados: “A história da salvação à luz do Concílio Vaticano II”, “A existência histórica de Cristo”, “Base legal da perseguição dos imperadores romanos aos cristãos”, “Considerações em torno do Concílio de Trento”, “Equívocos históri-

cos sobre o Papado”, “O pontificado de Pio XII” e, na parte que se refere ao Brasil: “História da Igreja no Brasil”, “Tricentenário da Arquidiocese da Bahia e do Bispado do Rio de Janeiro”, “Repercussão da presença de Cláudio Manoel da Costa no cenário cívico da história mineira”, “A devoção à Santíssima Trindade na época colonial”, “O processo de industrialização na Primeira República”, “Uma análise interpretativa da atuação de Artur Bernardes”, “Uma vida consagrada à História” (sobre o historiador mineiro João Camilo de Oliveira Torres) e “Dois personagens, dois destinos” (sobre João Paulo II e Hitler). Os livros “mistos” (inevitáveis) oferecem uma dificuldade bibliográfica: como fichá-los devidamente numa biblioteca para que o consulente saiba o que efetivamente eles contêm? No volume em pauta, passamos das perseguições aos cristãos para os textos de Warren Dean sobre industrialização, detendo-nos no Concílio de Trento, em Cláudio Manoel da Costa e em Artur Bernardes. E todos, temas do mais alto interesse e criteriosamente tratados pelo autor. ONM (Cortesia do autor)

Estudos Ibero-Americanos, vol. VI, nº 2, dezembro de 1980. Porto Alegre, Departamento de História da PUC.

É sempre com prazer que registramos o aparecimento de algum número desta importante revista gaúcha, cujo objetivo é “o estudo da História e da Literatura do mundo ibero-americano através da crítica e da investigação”, O número que temos sobre a mesa apresenta o seguinte sumário: “O processo abolicionista no Rio Grande do Sul”, de Margaret Marchiori Bakos; “A formação da primeira rede de vilas no Rio Grande de São Pedro”, de Vera Lúcia Maciel Barroso; “A posição do Brasil na questão da saída da Bolívia para o Pacífico”, de Maria de Fátima F. Piazza; “Gaúcho and Gaúcho: comparative socio-economic and demographic change in Rio Grande do Sul and Buenos Aires Province”, de Richard W. Slatta; “Banguê: ensaio interpretativo de caracterização”, de Dennis P. Sniff; “Alfonso Reyers e Cecília Meireles: uma amizade mexicano-brasileira”, de James Willis Robb; “Aspectos da administração eclesiástica no Rio Grande do Sul”, de Eni Barbosa; e “1917: convergência de interesses, governo autoritário e movimentos operários”, de Luiz H. S. Kliemann. ONM

Ferreira, Barros — Amazônia arrasada. São Paulo, Editora Referência, 1980. 214 pp.

O título de uma das seções do livro foi utilizado pelo autor para designar a obra toda. Não sabemos se terá acertado. Não é apenas a

Amazônia “arrasada” que aparece no volume. É toda a problemática amazônica, posta a nu por um jornalista e escritor de larga vivência e admirável lastro cultural, de quem já dissemos uma vez ser difícil selecionar nos seus escritos os melhores trechos, pois tudo nos parece magnífico. Observador atento, escritor ameno, responsabilidade nas afirmações, embasamento seguro nas proposições que avança, tudo isto faz dos livros de Barros Ferreira algo que se lê com prazer e do qual se tira o máximo de proveito. Não escreve sem saber, não “chuta” (como se diz na gíria) apenas com a preocupação do grande efeito. Repetiríamos aqui, se necessário fosse, o que já escrevemos a seu respeito, quando comentamos seu livro **Vendaal**, inspirado em momento decisivo da história paulista. ONM (Cortesia do autor.)

História: Questões & Debates. Revista da Associação Paranaense de História. Ano I, nº 1 e Ano II, nº 2. Curitiba, 1980 e 1981.

A Associação Paranaense de História, informa a nota de apresentação do primeiro número desta revista, “nasceu com amplos e ambiciosos objetivos, entre os quais a publicação de uma revista para divulgar e discutir as suas propostas expressas no art. 2º de seus Estatutos, bem como outros temas concernentes à História”. O título surgiu simplesmente em decorrência destes objetivos — **História: Questões & Debates**. “Questões e debates relacionados à problemática da produção e da transmissão do conhecimento em História e suas relações com as vizinhas ciências humanas”. Recebemos os dois primeiros números, cujos sumários nos comprazemos em registrar. O primeiro, após uma nota sobre a Associação que edita a revista, de Carlos Roberto A. dos Santos, desdobra-se em quatro seções: a primeira, “Teoria da História”, com “O cinqüentenário da Escola dos **Annales**”, de Jayme Antonio Cardoso e “Reflexões sobre a nova História”, de Sílvia Maria Pereira de Araújo; a segunda, “História da Educação”, contém: “A política educacional e o ensino da História”, de Maria José Trevisan e “A formação do historiador e a realidade do ensino na educação de 1º grau e 2º graus”, de Déa Ribeiro Fenelon; a terceira, “Debates”, abre-se com editorial intitulado “Em defesa das ciências humanas”, seguindo-se “A violência no campo”, de Lafaiete Santos Neves; a quarta, “Perguntas”, contém: “A comunidade judaica em Curitiba, 1889 a 1970, de Regina R. Gouvêa e “O custo da vida: preços de gêneros alimentícios em Curitiba durante o século XIX”, de Carlos Roberto A. dos Santos e, finalmente, um elenco das dissertações de mestrado em História do Brasil na Universidade Federal do Paraná. O segundo número traz apresentação de Ruy Christovam Wachowicz e em seções semelhantes às do primeiro, contém a seguinte matéria: “O

modelo de explicação histórica proposto por Brasil Pinheiro Machado”, de Jayme Antônio Cardoso; “Acerca do modelo Pinheiro Machado: uma leitura sobre a história regional”, de Marionilde Dias Brepohl; “Imigrantes alemães e descendentes em Curitiba: caracterização de um grupo social”, de Sérgio Odilon Nadalin; “História e reificação temporal”, de César Augusto Ramos; “A nupcialidade em Curitiba no século XVIII”, de Ana Maria de Oliveira Burmester; “Alguns aspectos das comemorações do 1º de maio em Curitiba no período de 1889 a 1920”, de Alcina Maria de Lara Cardoso; “Estudo sócio-econômico da microrregião de Imperatriz, MA”, de Ana Maria Aimoré Bonin, Cecília Maria Vieira Helm, Márcia Scholz Kersten e Sílvia Maria Pereira de Araújo; “Instrumentos de trabalho em pesquisa de história social”, de Odah Regina Guimarães Costa e “Programa de pós-graduação em História na Universidade Federal do Paraná”, de Altiva Pilatti Balhana. É com imenso prazer que, juntamente com a *Revista Brasileira de História*, a *Revista da Acaemia Paulista de História* e o boletim do Arquivo de Rio Claro, registramos esta valiosa publicação dos nossos prezados colegas da Universidade Federal do Paraná. Auguramos à Associação e à Revista os melhores votos de amplo trabalho e desenvolvimento do programa que se propuseram. ONM ( Cortesia da APAH. )

Jornal Cuiabano de Medicina. Cuiabá, maio de 1981. Publicação da Universidade Federal de Mato Grosso. 46 pp.

Dedicado à “medicina tribal e popular”, este número da publicação cuiabana contém subsídios valiosos para os estudos etnográficos relativos a grupos do Brasil central, com textos de Martius, Gastão Cruls, Herbert Baldus, Pedro E. de Lima, Moisés Santiago Bertone, Olímpio da Fonseca Filho, Tales de Azevedo, Lux Boelitz Vidal, Pedro Agostinho, Artur Ramos, André Thevet, entre outros. Como se vê, valiosa antologia extraída de autores renomados nos estudos etnográficos. Aliás, dentro da orientação explicitada na apresentação: “Nosso jornal tem como finalidade ser uma pequena biblioteca a domicílio e, por isso mesmo, nos restringimos, depois de verificação histórica, a números monográficos de bibliografia de difícil acesso. Trata-se, pelo exercício de consulta, de um jornal referencial”. ONM ( Cortesia da Univ. Fed. de MT. )

Mello, Alexandre — Mello, Nilva R. — O Brasil e a Bacia do Prata. São Paulo, 1980. 364 págs.

A análise de uma conjuntura geopolítica interessando particularmente ao relacionamento do Brasil com as nações platinas sugeriu aos autores um retrospecto histórico, documentado e fundamentado,



sobre a presença luso-brasileira no Prata. Este retrospecto histórico remoto “fortemente vincado pela herança atávica de antagonismos seculares que do foco permanente de conflitações bélicas hispano-lusitanas desciam para o chão da América Meridional, desde a velha época da formação dos primeiros agrupamentos sociais dos homens brancos, ainda é, embora esgarçando-se aos poucos, impedimento à eclosão do sentimento de fraternidade que deveria existir, na plenitude, entre povos de vizinhança geográfica, de origem ibérica comum, de interessamento recíproco numa desejável integração econômica latino-americana” ( pp. 15/16). O livro, ao que parece, foi motivado por um Seminário de Política Internacional e Estratégia, a cujos organizadores, Gen. Carlos de Meira Matos e Prof. Oliveiros S. Ferreira, foi dedicado. Após uma extensa “apresentação-súmula” ( pp. 15 a 61 ), incluindo considerações sobre a política internacional e estratégia, e na qual se expõem as razões fundamentais do livro, desdobra-se este em seis capítulos: 1. O Rio da Prata; 2. A Colônia do Sacramento; 3. As Missões; 4. Complicações político-militares na Bacia do Prata; 5. Os tratados de limites na Bacia do Prata; 6. A Fronteira. Em anexo, diversos documentos, entre os quais a reprodução fac-similar de precioso texto sobre a demarcação de limites, existente na seção de livros raros da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, de São Paulo: a **Relaçam do que aconteceu aos demarcadores portugueses e castelhanos no certam das terras da Collonia**, de Feliz Feliciano da Fonseca, publicado em Lisboa, sem data, mas certamente logo após a assinatura dos tratados de limites. ONM ( Cortesia dos autores. )

Muricy, General José Candido da Silva — Viagem ao País dos Jesuítas. Curitiba, Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1975. 406 págs.

Trata-se do relato de uma viagem realizada em fins do século XIX, cheia de peripécias e acidentes, à longínqua região do oeste do Paraná, que o autor denominou “País dos Jesuítas” e onde existiu a lendária República Teocrática do Guaíra, ali fundada pelos padres da Companhia de Jesus. O General Muricy, que foi um dos fundadores, em 1900, do Instituto Histórico Paranaense deixou inédito seu relato, que só foi publicado mais de trinta anos após o seu falecimento. Filho de ilustre médico ( do mesmo nome ) trazido da Bahia pelo Conselheiro Zacarias logo após a criação da Província do Paraná, nasceu em Curitiba a 30 de julho de 1863 e faleceu no Rio de Janeiro em 17 de junho de 1943. Pouco depois aparecia o seu livro **Parada Morta**, recordações duma pitoresca viagem de remonta do Exército, edição “preparada sem o seu conhecimento e que não o alcançou vivo”; e ainda mais tarde, editado pela Biblioteca Militar,

surgia outro póstumo, **A Revolução de 1893 nos Estados de Santa Catarina e Paraná**. Mas, mais antigo que esses, é o relato da viagem ao País dos Jesuítas”, tendo sido, contudo, o último publicado. A edição esteve a cargo da Secretaria dos Transportes e o responsável pela publicação explicou num breve prefácio, as “duas justificativas” que a determinaram. Primeira; o tratar-se José Cândido da Silva Muricy de um autor de projeção no campo militar e sociológico, através de memoráveis incursões que faz no folclore brasileiro e, especialmente do Paraná, descobrindo em abordagem franca e linguagem amena aspectos curiosos que marcaram e deram vida às regiões que visitou. Nessas incursões pela histórica Vila Rica, consegue o autor retratar os problemas de uma época e, mais que isso, as soluções inteligentemente emanadas de um grupamento humano responsável pelos primeiros passos da interiorização do Paraná. O segundo fato, liga-se à narrativa do autor quando revela com riqueza de detalhes o surgimento dos primeiros caminhos do Paraná e seu destino histórico. Outras razões poderiam, ainda, ser invocadas para justificar a publicação deste belo volume. O relato vem complementado de notas sobre algumas madeiras do Paraná e com vocabulário regional, a demonstrar interesse do autor por dois campos, aparentemente estranhos à sua vida de militar, mas de grande valia para completar o quadro que pretendeu tratar da região que visitou. ONM ( Cortesia do Instituto Histórico Paranaense. )

Pró Memória. NOS 1 a 15. Brasília, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1979/81.

Com a publicação do fascículo nº 15, correspondente aos dois últimos meses de 1981, a SPHAN encerrou o segundo ano de seu precioso boletim **SPHAN – Pró Memória**. Iniciada a publicação em junho de '79, com a simples designação da sigla da entidade que a editava – IPHAN – tinha, como lembrava um de seus editoriais, excelente respaldo nos 42 anos de existência do organismo criado por Rodrigo Melo Franco de Andrade e Mário de Andrade, ao tempo em que Gustavo Capanema ocupava a pasta da Educação. Um ano após, julgou-se necessária a mudança da sigla pela fusão de várias instituições, resultando, então, a SPHAN: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O título que adotou – **Pró Memória** – busca refletir o verdadeiro espírito que anima a Secretaria e que foi anunciado no prefácio ao número inicial. Trata-se – pode dizer-se – de uma ampla “cobertura” que abrange praticamente o Brasil todo, onde se faz necessária qualquer ação visando à preservação da “memória” do País. E de interesse não apenas para a arte, mas para a cul-

tura em geral pelas inúmeras referências de ordem histórica e literária. E ainda com amplo noticiário do que tem sido feito por toda parte. Apresentação gráfica de primeira ordem, profusamente ilustrada, tudo faz de **Pró Memória** excelente instrumento de trabalho para os interessados nos aspectos culturais de nossa vida. Uma sugestão: seria de todo interesse ( e conveniência, ) a publicação, no fim de cada ano, de um índice da matéria contida nos fascículos bimestrais. Cada fascículo contendo de 20 a 26 páginas, no fim do ano resulta num volume de mais de 120 páginas, e sem índice não é fácil encontrar a matéria desejada. E certamente não será difícil aos responsáveis pela publicação elaborar esse índice — e que ainda poderá ser feito desde o número inicial — para que o precioso boletim se torne ainda mais útil. ONM ( Cortesia da SPHAN. )

Publicações do Museu Municipal de Paulínia. Nº 19, fevereiro de 1982.

Dolores Newton, da State University of New York, escrevendo sobre “Beleza pessoal entre os índios Krikati”, e Desidério Aytai prosseguindo no seu estudo sobre “A flauta nasal nambikuara”, preenchem este novo número do boletim do Museu Municipal de Paulínia, fruto da incansável dedicação de seu diretor. É sempre agradável para a NBH registrar em quase todos os seus números uma nova publicação deste boletim, tal a regularidade e a frequência com que ele se publica. Maior que a nossa... ONM ( Cortesia do Museu Municipal de Paulínia. )

Revista Brasileira de Estudos Políticos. Nº 54, janeiro de 1982. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais.

Em seu último número, a importante revista de Belo Horizonte traz o seguinte sumário: “Linhas básicas de implementação da política externa do Brasil” ( Ministro Saraiva Guerreiro ); “Comércio exterior do Brasil: participação do Itamarati no processo de promoção das exportações” ( Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima ); “O papel do diplomata de um país em desenvolvimento” ( José Viegas Filho ); “Reconstrução do federalismo brasileiro” ( Raul Machado Horta ); “Mitterand e a França socialista” ( Luiz Navarro de Brito ); “Inelegibilidades, o paradoxo das eleições” ( Aurélio Wander Bastos ); “O papel da mulher na definição das políticas públicas no Brasil” ( Fanny Tabak ); “Imprensa na década de 1920: sociedade, política, ideologia” ( José Nilo Tavares ). Notas bibliográficas assinadas por Artur José Almeida Diniz, Fábio Konder Comparato, José Artur Rios, Francisco Iglésias, Ciro Cardoso, Wilson Figueiredo, José Murilo de Carvalho e Teóduo Pereira. ONM

Revista Brasileira de História, Nº 1, março de 1981. São Paulo.

Apresenta-se esta nova e valiosa publicação como órgão da Associação Nacional dos Professores Universitários de História, em substituição aos **Anais** que vinham sendo editados ao ensejo dos simpósios bienais que a entidade promovia nas mais diversas regiões do Brasil. Nada menos de dezenove volumes foram editados, reunindo os trabalhos apresentados entre 1961 e 1977. Milhares de páginas que constituem valioso repositório para a pesquisa e a investigação acerca dos diversos temas propostos à discussão e ao debate nessas reuniões que constituem, talvez, a mais importante das promoções realizadas em nosso país, no domínio da cultura histórica. Todavia, o avolumamento cada vez maior dos trabalhos apresentados aos simpósios da ANPUH dificultou enormemente a publicação, tal como vinha sendo feita. Alguns desses **Anais**, por exemplo, chegaram a comportar três alentados volumes. Entendeu, então, a Associação suspender a publicação dos **Anais**, editando em seu lugar a **Revista**, cujo primeiro número vem de aparecer e que folgamos em registrar. Mas, ao mesmo tempo, lamentamos que os **Anais** não possam mais ser publicados, pois, ao contrário da revista, eles refletiam de maneira pode dizer-se completa as atividades da ANPUH e constituíam como quê um estímulo àqueles que se dispunham a apresentar trabalhos em suas movimentadas reuniões. Mas, contra a razão financeira é difícil argumentar. Apenas, uma sugestão: os simpósios bienais da ANPUH têm-se realizado quase sempre em cidades onde existem universidades federais. Campinas, sede do quinto simpósio ( 1969 ) foi a única exceção, de um simpósio realizado sob patrocínio de entidade particular. Não haveria possibilidade de a ANPUH obter o patrocínio das universidades federais das cidades onde as reuniões se realizam para a publicação dos respectivos anais ? Enquanto isto não ocorre, registremos prazerosamente o aparecimento do primeiro número da **Revista Brasileira de História**, com a seguinte matéria: "A Associação Nacional dos Professores Universitários de História", por sua presidente, Profa. Alice Piffer Canabrava; "A participação das massas brasileiras na Revolução antiescravista e antimonárquica" ( Décio Saes ); "Nordeste: uma revisão necessária" ( Gadiel Perruci ); "A modernização frustrada: a política de terras do Império" ( José Murilo de Carvalho ); "Setorização e estrutura interna do atual centro metropolitano de São Paulo" ( Helena Kohn Cordeiro ); "As relações Estado/Sociedade numa província periférica: o caso do Rio Grande do Sul" ( Helga I. L. Piccolo ). Na seção "Bibliografia", nota de Norma de Goes Monteiro sobre as pesquisas em andamento no Centro de Estudos Mineiros e um levantamento das obras editadas no Brasil em 1978, nas áreas de interesse para os estudos históricos, realizado por Raquel Glezer. ONM ( Cortesia da ANPUH. )

Revista da Academia Paulista de História. Ano I, nº 1, São Paulo, 1981.

Em nosso número 95 demos uma extensa notícia sobre a Academia Paulista de História, fundada em São Paulo em fins de 1972, mas efetivamente instalada no início de 1973. Folgamos, agora, em registrar o aparecimento do primeiro número da revista que a Academia se dispôs a publicar. Seu programa vem declarado em "Algumas Palavras" de apresentação: "Para que a pesquisa histórica no Estado de São Paulo se desenvolva é necessário não só existirem instituições capazes de estimular a investigação, mas também possuam estas os meios de comunicação adequados à divulgação dos seus trabalhos; caso contrário, os resultados positivos obtidos serão conhecidos apenas dentro dos círculos restritos em que foram produzidos. Este pressuposto norteou a elaboração desta revista, destinada a divulgar os estudos históricos feitos pelos acadêmicos e também, à guisa de colaboração, daqueles outros pesquisadores que, inseridos em instituições de pesquisa similares, vêm contribuindo para o desenvolvimento da historiografia paulista". E adiante: "Nosso propósito é contribuir de maneira eficaz para que os vastos domínios do território histórico que ainda se encontram por explorar venham a ser objeto de estudo e também para aqueles que já foram suficientemente explorados pela historiografia dos nossos antecessores passem por um processo de revisão à luz dos novos documentos descobertos e divulgados". Dentro deste critério, oito trabalhos se inserem neste primeiro número da nova publicação: "O Vale do Paraíba na rota das expedições vicentinas: o caminho para o Norte", de Paulo Pereira dos Reis; "A educação na Capitania de São Paulo", de Maria Beatriz Nizza da Silva; "Libero Badaró e a Medicina", de Duílio Crispim Farina; "O desventurado Boaventura do Amaral e o combate da Venda Grande ( 1842 )", de Lycurgo de Castro Santos Filho; "São Paulo na obra de Teodoro Sampaio", de Odilon Nogueira de Matos; "Os movimentos abolicionista e republicano e a Faculdade de Direito de São Paulo", de Célio Debes; "Combates constitucionistas fora de São Paulo", de Hernani Donato; e "Américo Brasiliense e a História de São Paulo", de Nanci Leonzo. Complementam o volume resenhas, notas bibliográficas e noticiário. O responsável pela NBH, que se encontra vinculado à Academia Paulista de História desde suas origens, sente-se extremamente feliz em poder registrar o aparecimento desta publicação, com louvor especial à comissão de redação, constituída dos Acadêmicos Maria Beatriz Nizza da Silva, Divaldo Gaspar de Freitas e Paulo Pereira dos Reis.

ONM

Universidade. Nº 3, setembro/dezembro de 1981. Revista da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá.

É uma pena que as revistas universitárias brasileiras, na maior parte, sejam mistas, procurando abranger em seus números a variadíssima gama de conhecimentos ministrados nas respectivas universidades. Já escrevemos sobre o assunto, a propósito de revista similar, de outra universidade. Reconhecendo a inconveniência, reconhecemos também que, pelo menos em sua fase inicial, não há outra solução. Esperamos, contudo, que, superada essa fase inicial, possam as publicações ser distribuídas senão pelas matérias, pelo menos pelas áreas: ciências humanas, exatas, biológicas, letras, pedagogia etc. A revista cuiabana que tivemos o privilégio de receber, bem impressa e com excelente conteúdo, não pôde naturalmente fugir ao problema: temas de história se alternam com os de pedagogia, de lingüística, de literatura, de botânica, de biologia. Destacamos os que mais de perto interessam aos estudos históricos: “Evolução literária de Mato Grosso”, de Rubens de Mendonça; “A propósito do capital mercantil em Mato Grosso, séc. XVIII/XIX”, de Lúcia Helena Gaeta Aleixo; “A dança de São Gonçalo”, de Maria Lúcia de Melo Arruda; e “Mato Grosso no contexto amazônico”, de Miramy Macedo.

ONM

\*

\*

\*

## NOTICIÁRIO

FAZENDA DO VALE DO PARAÍBA  
TRANSFORMA-SE EM PÁTIO DAS ARTES

Primitivo engenho de açúcar na segunda metade do século XVIII, a Fazenda Boa Vista, em Roseira Velha, município de Roseira, SP (km 78,5 da Rodovia Presidente Dutra), transformou-se no século passado, em fazenda produtora de café, tendo pertencido a tradicionais famílias de Guaratinguetá e Roseira (Guimarães, Galvão de França, Monteiro dos Santos). Na primeira década deste século, entrou em decadência, acompanhando a crise econômica e demográfica que assolou toda a região do Vale do Paraíba, tendo sido comprada pelo francês Alfredo José Trannin, avô materno do atual proprietário, com a finalidade de introduzir a cultura pioneira de arroz nas várzeas e a criação de gado para produção de leite nos morros erodidos pelo café. Da casa-grande, construída em 1858 e demolida em 1955, restaram as senzalas, as telhas de armazenar café e algumas dependências domésticas, com as paredes externas construídas em taipa de pilão, as internas em taipa de mão ou "so-papo" (pau-a-pique), as janelas gradeadas, o telhado coberto com telhas de "canal" e madeiras de lei, originárias das matas da própria fazenda. Permanece também, parte do antigo terreiro de secar café, resistindo ao tempo com seus ladrilhos originais de cimento. O velho tanque de pedra onde as negras lavavam a roupa da casa-grande, os alicerces dos antigos muros e o forno de barro para assar pães, leitoas, broas, biscoitos. Da casa-grande restou o "salão das moças" ou "salão íntimo", o gineteu, onde as mulheres brancas faziam as suas refeições quando havia estranhos na casa e dirigiam os serviços das escravas domésticas. Este salão ainda possui as janelas de guilhotina, o assoalho de pinho de Riga e as velhas telhas coloniais. A casa é mobiliada e decorada com móveis, louças, quadros, porcelanas e objetos que pertenceram aos antigos proprietários e a Família Trannin-Pasin. A vegetação, o pomar e o jardim constituem uma amostra da exuberância da flora veleparaibana e brasileira. Em 20 de março de 1978, por decreto do Governo Federal, a Fazenda Boa Vista foi transformada em "refúgio de animais nativos" e, conseqüentemente, numa reserva ecológica, sob a proteção do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

Paralelamente, foi criado na sede da fazenda, no local ocupado pelas antigas senzalas, um teatro com 100 lugares e um salão para conferências, projeções de cinema e exposições, dependências estas que passaram a ser conhecidas como "Pátio das Artes". Transformado em associação cultural, sem finalidade de lucro, o "Pátio das Artes" reúne, periodicamente, artistas, professores, ecologistas, estudantes, pesquisadores, escri-

tores, jornalistas, poetas e pessoas interessadas para o lançamento de livros, apresentação de peças teatrais, debates e exposições de arte. Criado para ser um centro aglutinador da cultura valeparaibana, o "Pátio das Artes" tornou-se também um centro de convergência do movimento ecológico da região.

\*

### PADRE CAFÉ, TEMA DE LIVRO

**Padre Venâncio na Terra e no Espaço** é o título de um livro de Marina Aparecida Timponi, publicado no ano passado em Juiz de Fora. Trata-se da biografia do sacerdote Venâncio Ribeiro de Aguiar Café, natural de Guanhães, no nordeste de Minas, tendo vivido grande parte de sua vida em Juiz de Fora, onde morreu.

Na apresentação ao leitor, a escritora comenta: "Iniciada a pesquisa, à proporção que as informações eram colhidas, ia-se confirmando, num crescendo, toda a beleza e todo o mérito da personalidade do Pe. Venâncio Café, que, por onde andou, só deixou marcos de luz, através de seu trabalho consciente, semeando o progresso moral, material e, acima de tudo, espiritual. Possuindo o dom da palavra, ele contribuiu para o desenvolvimento em todos os sentidos do Nordeste de Minas. Após esse período, veio para Juiz de Fora distribuindo ensinamentos e numa atividade incessante de espírito cristão. Era conhecido como Padre Café, razão do nome dado à rua existente em São Mateus".

Padre Café iniciou seus estudos em sua terra natal, matriculando-se depois nos tradicionais seminários de Diamantina e do Caraça. Ao término do curso, recebeu o sacramento da Ordem, tendo sido vigário da Freguesia de Nossa Senhora do Porto, onde permaneceu durante três anos. Sabe-se que se ordenou em Diamantina, em junho de 1873. Doutorou-se em Roma e regressando ao Brasil fundou em Guanhães, em 1879, o Colégio São Miguel, tendo construído, para o educandário, na rua Catagalo, um prédio de dois andares que depois passou a ser o solar da família Café, e ultimamente serviu para nele ser instalado o Hospital Imaculada Conceição, até 1964.

Orador eloqüente, Padre Café foi eleito deputado provincial em 1880 pelo Partido Liberal, com grande atuação no Congresso mineiro, em Ouro Preto. Em Belo Horizonte ainda moram parentes do Padre Café que guardam um livro com seus discursos e projetos proferidos e elaborados quando deputado do nordeste mineiro, bem como uma coleção do **Lar Católico**, jornal fundado por ele em Juiz de Fora, hoje editado pelos padres da Congregação do Verbo Divino e divulgado e conhecido em todo o país e até no exterior.



Aos 45 anos, isto é, em 1891 assumiu a paróquia da cidade de Juiz de Fora, onde foi pastor zeloso até 1898, ano de seu falecimento.

\*

## CENTENÁRIO DE JÚLIO PRESTES

Júlio Prestes de Albuquerque, filho do Coronel Fernando Prestes de Albuquerque, nasceu em Itapetininga, aos 15 de março de 1882. Após terminar os estudos secundários, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, concluindo o curso em 1906. Em 1909, eleito deputado estadual, e reconduzido, sucessivamente, até 1924, quando foi conduzido à Câmara Federal. Na Câmara paulista teve atuação destacada, sendo escolhido para líder do Governo. Dentre as campanhas que promoveu, destaca-se a que culminou com a volta da Estrada de Ferro Sorocabana à propriedade do Estado, que a havia arrendado a um consórcio estrangeiro.

Na Revolução de 1924 teve participação ativa na organização da resistência contra os revoltosos. Nessa altura, já deputado federal, fez, na tribuna da Câmara, a defesa do Governo de São Paulo, rebatendo as acusações infundadas que lhe eram feitas por membros da oposição.

Com a eleição de Washington Luís à presidência da República, Júlio Prestes foi reconduzido à liderança da bancada do Governo, funções que exercia desde 1925. Nessas funções, coube-lhe o encargo de apresentar e defender o plano financeiro de Washington Luís, missão que desempenhou com êxito.

Em 1927, com a morte do presidente do Estado, Carlos de Campos, foi Júlio Prestes eleito para completar-lhe o mandato, e assumindo o governo a 14 de julho daquele ano, realizou uma das mais profícuas administrações com que nosso Estado contou.

No campo da saúde pública, deu o mais eficiente e adequado combate ao maior flagelo que, na época, assolava o interior de São Paulo, a lepra. Concluiu o Sanatório Santo Ângelo e construiu os de Aimorés, Cocais e Pirapitingüi. Desenvolveu, igualmente, campanha contra a tuberculose, então moléstia gravíssima, de cura muito difícil e que afetava grande parte da população. Preocupado com a situação ecológica do Estado, já naquela altura vítima do desmatamento desordenado, cuidou de preservar as cabeceiras de nossos rios. Interessado em desenvolver nossa principal fonte de riqueza, deu grande amparo à agricultura e incrementou os meios de transportes. Ampliou a Escola "Luís de Queirós"; incentivou a policultura mediante o plantio do algodão, da laranja, do fumo, do trigo; criou o Instituto Biológico. O Parque da Indústria Animal, na Água Branca (Capital) é igualmente obra sua. Deve-lhe São Paulo, ainda, a construção

do edifício da Faculdade de Medicina ( que não chegou a inaugurar ) e a aceleração das obras do Palácio da Justiça, entre outras.

No campo da viação, além de ter dado incremento à abertura de estradas de rodagem, fez abrir o ramal Mairinque-Santos, da Sorocabana, que iria quebrar o monopólio da São Paulo Railway na ligação do interior com o nosso porto de mar, escoadouro único do café aqui produzido.

Para o quadriênio 1930/1934 foi Júlio Prestes escolhido candidato oficial. Embora vitorioso nas eleições, não chegou a assumir o governo, pois a deflagração da Revolução de 1930, além de obstar sua ascensão à presidência, acarretou-lhe exílio em Portugal, juntamente com outras figuras de destaque da situação deposta. Em 1932, eclodida a Revolução Constitucionalista, Júlio Prestes deslocou-se para a Argentina com o objetivo, segundo consta, de participar da luta contra a ditadura. Não teve oportunidade de se engajar na luta em face da derrota das forças constitucionistas.

Promulgada a Constituição de 1934, regressou ao Brasil, refugiando-se em sua fazenda de Itapetininga, onde se entregou a atividades agrárias.

Sua última aparição pública, de cunho político, foi a participação saliente durante a campanha eleitoral em favor da candidatura de Eduardo Gomes à presidência da República, proferindo discurso no comício levado a efeito no Estádio Municipal do Pacaembu, na capital paulista. Faleceu Júlio Prestes, em São Paulo, a 9 de fevereiro de 1946.

\*

#### AS DUAS ALEMANHAS SE UNEM PARA FESTEJAR O SESQUICENTENÁRIO DA MORTE DE GOETHE

( ... ) As duas Alemanhas festejaram, de mãos dadas, o poeta Goethe. E o lado ocidental procura fazer dele um símbolo de nacionalidade única da Alemanha, apesar da divisão territorial.

O poeta se presta como ninguém a tal papel: nascido em Frankfurt, no território da atual República Federal da Alemanha, Goethe viveu a maior parte de sua vida em Weimar, no território da atual República Democrática Alemã. A questão geográfica, porém, ainda não é tudo. Goethe jamais foi um político e embora seus escritos revelem análise crítica da sociedade em que vivia, ele nunca se envolveu em tentativas práticas de transformá-la. Desta forma, o poeta não traz em si o estigma da rebeldia, nem a sobrecarga da profissão ideológica. Nunca ocorreria a qualquer alemão, seja ele ocidental ou oriental, elevar Heinrich Heine, por exemplo, à categoria de poeta de todos os alemães. Heine, um rebelde,

choca ainda hoje os alemães, por seu desrespeito às normas de submissão ao Estado e subserviência ao Poder, enfim, por não partilhar do respeito à autoridade, que parece ser uma das características mais marcantes do povo alemão.

Goethe, ao contrário, não revela nenhum desafio à ordem. Prega a tolerância e a compreensão no lugar do fanatismo — figura ideal para um símbolo cultural nacionalista da Alemanha como um todo. Contudo, Goethe não conheceu a Alemanha unificada como único Estado. Isto só aconteceu por intermédio de Bismark, anos depois de sua morte. Como “pátria”, Goethe referia-se sempre à cidade de Frankfurt. E o sentimento nacionalista, com o qual se armam freqüentemente os defensores da reunificação da Alemanha, não encontra apoio no maior clássico alemão: para Goethe, o nacionalismo só serve para estragar a história. Uma verdade que os políticos alemães já deveriam ter aprendido das catástrofes chamadas guerras mundiais”.

( “O Estado de S. Paulo”, 30-3-1982 )

\*

\*

\*

## UM POUCO DE MÚSICA

Inauguramos neste número uma nova seção permanente destinada não só a reunir a matéria sobre música habitualmente dispersa pelos fascículos, mas também à divulgação, através de pequenas notas, de temas relativos à História da Música. O responsável por esta publicação, em sua longa experiência como professor de História da Música e Apreciação Musical da antiga Faculdade de Música de nossa Universidade ou ministrando cursos e proferindo conferências em diversos lugares, sentiu inúmeras vezes o interesse que o assunto desperta; donde a iniciativa desta nova seção, alargando o campo de interesse da NBH e atendendo, também, a sugestões de numerosos leitores.

## 1. UM RÉQUIEM ALEMÃO

Embora tenha recebido o título de “Requiem” — “Requiem Alemão”, ou “Ein deutsche Requiem” — a grande obra que constitui o opus 45 de Brahms nada tem com a missa fúnebre da liturgia católica. Em primeiro lugar, porque Brahms era protestante e, como tal, não lhe soariam bem certos trechos do ofício católico, em total desacordo com a teologia reformada. Por outro lado, ainda que quisesse inspirar-se num texto não muito canônico ( para a sua Igreja ), pois o estro musical poderia — e mais de uma vez aconteceu — sobrepor-se a barreiras doutrinárias ou dogmáticas ( a maior obra do protestantíssimo Bach não é, por acaso, uma missa católica ? ), essa não foi a sua intenção. A palavra “Requiem”, no título, deve ser entendida simplesmente como algo que leve ao descanso, à meditação, à paz interior, dentro, todavia, de uma conotação tipicamente protestante. Para tanto, os textos que Brahms escolheu na Bíblia são profundamente expressivos.

O compositor foi buscá-los em diversos livros, tanto do Velho como do Novo Testamento, desde os Salmos até o Apocalipse, passando por Salomão, pelo profeta Isaías, pelo Sermão da Montanha, pela carta aos coríntios, pelas epístolas de Tiago e Pedro e pela carta aos hebreus. Seu ponto de partida, pode dizer-se, foi o Sermão da Montanha, a mais perfeita síntese dos ensinamentos cristãos, com a vantagem de ter sido feita pelo próprio Cristo e não pelos seus seguidores, capazes, muitas vezes, de deformar a doutrina do Mestre.

Para Brahms — na sua maneira protestante de ver as coisas — o principal é a crença na ressurreição e na salvação pelo sacrifício de Jesus, e assim sendo, seu “Requiem” tornou-se um sublime hino de consolação para todos os que estão amargurados e que sofrem. Tal como as bem-aventuranças do Sermão da Montanha, pois é o espírito do grande

discurso que perpassa por toda a obra. Curioso! Embora de autores tão diferentes e de épocas tão diversas, dir-se-ia que todos os textos que Brahms escolheu procedem da mesma fonte, que outra não parece ser senão o Cristo das bem-aventuranças.

Um analista da obra de Brahms, Willibald Nagel, lembra que, quanto à técnica de composição, o “Requiem” constitui “um conjunto ininterrupto de perfeições artísticas”, acrescentando que, nele, o compositor nos deu o que de mais pessoal ele tinha, principalmente nos sons que proclamam “a suave resignação, a dor agreste, os lamentos, o sofrimento espiritual e o misticismo da visão profética”. Mais uma vez, tal como no espírito das bem-aventuranças.

Embora homem religioso, Brahms nunca foi muito vinculado à Igreja nem a música sacra era o seu forte. Como bom luterano, pagou tributo aos corais de sua Igreja, compondo, para o órgão, variações sobre alguns deles, o que parece ser, salvo raras exceções, uma constante nos compositores protestantes alemães desde a Reforma do século XVI ou, mais precisamente, desde a constituição da Igreja Luterana. Esta, como é sabido, valorizou muito a música, não só restabelecendo o canto congregacional que havia sido abandonado pela Igreja Católica, como, conseqüentemente, estimulando a criação de vasta hinologia, o que ocorreu também com as demais igrejas originadas do movimento reformista. E raro foi o compositor que não se inspirasse no riquíssimo e variadíssimo mundo dos “Corais” para escrever obras para o órgão, instrumento que, pela sua natureza, esteve sempre muito vinculado às funções religiosas. Nenhum, entretanto, excedeu nesse campo a João Sebastião Bach, cujos **Choralvorspielen**, em número de centenas, constituem um dos maiores monumentos da literatura organística. Pois bem: até em Brahms (já no romantismo) encontramos exemplos (é verdade que poucos) dessa forma de composição. Mas, por interessantes que sejam, constituem exceção na obra do mestre e talvez não fizessem falta se não existissem. Já não se pode dizer o mesmo do “opus” 45.

Parece, com efeito, que Brahms estava guardando toda a sua espiritualidade para uma obra de fôlego em vez de desperdiçá-la por obras menores. Tivesse ele escrito só o “Requiem Alemão” e seria suficiente para enfileirá-lo entre os maiores compositores de todos os tempos. Seria, simplesmente com ele, um dos chamados “três grandes Bês” da História da Música, sendo os outros dois Bach e Beethoven. (Esta mania de citar os “três Bês”, levou certa vez uma firma gravadora a anunciar um disco de Bela Bartok com esta frase: “Bartok também se escreve com B”, querendo com isto chamar a atenção para o grande compositor húngaro). Isto é tolice. A letra B é das mais ricas do dicionário musical: Byrd, Binchois, Buxtehude, Bellini, Bizet, Borodine, Busoni, Bruckner, Berlioz, Berwald, Bernstein, Bloch, Bartok, Bruch, Britten... E sem falar nos filhos de Bach também compositores.

Embora os catálogos internacionais mencionem várias gravações da grande obra de Brahms, nenhuma delas ( ao que eu saiba ) foi reimpressa no Brasil. Os interessados não têm senão que recorrer aos discos importados, hoje caríssimos, na base de mais de três mil cruzeiros o disco e a obra comporta dois. Preço, portanto, superior às possibilidades de muita gente que se interessa por música. Não seria mau, portanto, se alguma gravadora a editasse no Brasil, pois assim custaria pelo menos a metade. Já os onze corais para órgão, postumamente numerados como “opus” 122, foram reimpressos pela Turnabout juntamente com outras obras, constituindo, ao que parece, uma “integral” das obras para órgão de Brahms, na primorosa execução de Kurt Rapf. Embora lançamento relativamente recente, não sei se ainda será encontrável, pois apesar do pouco interesse que todos dizem haver pela música erudita, os discos desaparecem com incrível rapidez. ONM

\*

## 2. COMPOSITOR E PERSONAGEM DE ÓPERA

Em meados do século passado, precisamente no Natal de 1844, foi apresentada em Hamburgo uma ópera de Frederico von Flotow ( 1812 — 1882 ) inspirada na vida aventureira do compositor italiano Alessandro Stradella, nascido, supõe-se, em 1642 e assassinado em Gênova aos 28 de fevereiro de 1682. Completou-se, portanto, neste ano, o terceiro centenário da morte de uma curiosa figura de compositor que também foi personagem de ópera. Aliás, o conhecido autor de **Marta** não foi o único a se inspirar na vida de Stradella. Sua carreira repleta de aventuras amorosas ( e em consequência de uma delas é que foi assassinado ) tomou-o, à moda de Casanova, personagem lendária, fazendo jus a que a ficção em torno dele tecesse as mais variadas fantasias. O centro de tudo quanto se escreveu a seu respeito é sempre o mesmo: os assassinos enviados para o matarem ficam tão emocionados com a sua música que desistem do intento. Ao contrário de **Marta**, a ópera de Flotow sobre Alessandro Stradella caiu no esquecimento, dela sobrevivendo apenas a abertura, aliás muito bonita, e executada com certa freqüência em concertos de música ligeira na Europa.

Hoje sabe-se muito mais que no tempo de Flotow sobre a vida aventureira do compositor, embora muita coisa continue ainda obscura. E, principalmente, conhece-se muito mais a sua obra. Durante anos e anos Stradella foi lembrado apenas por uma famosa ária religiosa, **Pietà, Signore !**, que integrou o repertório de grandes cantores, muitos dos quais ( a começar por Gigli ) fizeram questão de gravá-la. Pesquisas mais recentes deram conta de sua vasta produção, abrangendo óperas, concertos, sonatas, cantatas, oratórios, enfim quase todas as formas freqüentes no período barroco. E o disco, naturalmente, veio completar esse conheci-

mento, pois pelo menos uma dúzia de suas composições foram registradas para a posteridade em excelentes gravações. Todo um disco, por exemplo, da preciosa coleção “Musical Heritage Society” lhe foi dedicado.

Uma discografia stradelliana nos apresentaria hoje dois oratórios, uma Cantata de Natal, outra cantata secular, dois concertos, quatro sinfonias, duas sonatas e ainda trechos da ópera **Floridante**. Já vai bem longe, portanto, o tempo em que o compositor-aventureiro era conhecido apenas por uma ária que fazia a delícia dos auditórios e enaltecia os cantores, ou então, o tempo em que ele não passava de personagem de uma ópera atualmente inteiramente esquecida. Sua **Cantata per Il Santissimo Natale** é das mais belas obras inspiradas na data magna do Cristianismo. Esta nota pretende simplesmente evocá-lo (talvez a única evocação no Brasil...) no ano em que transcorre o tricentenário de seu falecimento. ONM

\*

### 3. TRICENTENÁRIO DE UM COMPOSITOR “GRACIEUX”

Creio que todas as palavras que poderiam traduzir o “gracieux” dos franceses — gracioso, agradável, aprazível, afável, bondoso, delicado, afetuoso, cortês — calham magnificamente para o compositor Jean Joseph Mouret, cujo tricentenário os círculos artísticos da França certamente comemoraram a 16 de abril do corrente ano. Foi, de fato, nesse dia do ano de 1682 que nasceu em Avignon, e esta origem meridional poderá talvez explicar muito do seu temperamento e do seu caráter. Chegando a Paris quando já estava nos seus 25 anos, despertou logo o interesse de certos grupos da Corte, especialmente da Duquesa de Maine, que dele fez uma espécie de músico particular, encarregado das famosas “Nuits des Sceaux”, bem expressivas do bom-gosto e do requinte do “Ancien Régime”. Escolhido “Músico do Rei” em 1720, morreu internado num hospital de Charenton em 1738, após ter perdido os lugares que lhe garantiram o título de “Musicien des Grâces” ou “Gracieux Mouret”.

Como bom músico vinculado à Corte, escreveu muitas obras especialmente para as festividades reais: banquetes, caçadas, partidas, bailes, enfim tudo quanto animava aquele mundo artificial que já se encaminhava, como num plano inclinado, para a grande crise que implicou sua própria destruição mais para o fim do século XVIII. Sua maior obra **Les Fêtes de Thalie** — enquadra-se no que se denominava “ópera-baile”, na qual a ação era toda entremeada de danças, algumas até de origem popular. Outras obras neste gênero enriquecem sua produção: **Le Mariage de Ragonde et Colin**, **Les Amours des Dieux** e **Le Triomphe des Sens**, com a qual praticamente encerrou sua carreira, pois pouco depois uma enfermidade levou-o ao hospital onde veio a falecer. Deixou, ainda, numerosos motetes e divertimentos e as célebres **Fanfarras para os Banquetes Reais**,

muito apreciadas na corte francesa, tanto que sugeriu obras similares a outros músicos, a começar pelo italiano Giovanni Battista Lulli, que, transferindo-se para a França, tão bem se enquadrou no espírito francês que acabou afrancesando o nome para Jean Baptiste Lully. A obra que Mouret nos deixou é “gracieux”, sem mais.

Não sei se suas óperas ainda serão representadas em França. Mas sei que delas foram extraídas “suites” que figuram como peças de concerto, algumas delas gravadas para a posteridade e que nos permitem hoje, o conhecimento do tricentenário compositor. Até no Brasil uma obra de sua autoria chegou a ser reimpressa, num disco significativamente intitulado **Músicas Reais para Notre Dâme**. Mas isto há muito tempo e o disco certamente já há de estar esgotado. Repito o que escrevi a propósito de outro compositor: é possível que esta modesta nota numa revista campineira seja a única referência no Brasil à efeméride tricentenária do simpático e “gracieux” compositor. ONM

\*

#### 4. CENTENÁRIO QUE FAZ ESQUECER EM VEZ DE LEMBRAR

Há muitos anos, apresentando disco contendo um quarteto do compositor italiano Gian Francesco Malipiero, escreveu ilustre musicólogo que se tratava de compositor “cuja música merece ser melhor conhecida e um artista cujo idioma requer concentração, artista que não conhece o meio termo. Sua música é o produto de uma grande cultura, de sua mente aristocrática, do seu estudo profundo da velha música. É a expressão de um músico que escreve o que sente, certo de que, nos anos que não de vir, sua música será ouvida onde quer que sejam mantidos altos os padrões da arte musical”.

O transcurso do tempo — pouco mais de trinta anos — mostrou o contrário do que previu o ilustre musicólogo. Seu centenário, que se comemorou a 26 de março do corrente ano, veio encontrar Malipiero envelhecido e esquecido. Quando iniciei a formação de minha discoteca, ainda pude reunir meia dúzia de composições de sua autoria: três quartetos, uma sinfonia, um concerto para violino e uma sonata para harpa e piano. Se tivesse que formar minha discoteca hoje, não encontraria nenhuma dessas obras: foram todas retiradas de catálogo e nunca mais reeditadas. Mais ainda: a maior gravadora italiana dos nossos dias, responsável por riquíssimo repertório, não abriu espaço algum para Malipiero, preferindo editar disco com obras de um seu sobrinho, de nome Ricardo, nascido em 1914.

No entanto, sua produção não foi pequena, abrangendo formas bem variadas, desde óperas ( e nada menos que 17 ) até canções e miniaturas para piano, passando por sinfonias, quartetos, sonatas, concertos etc. E dedicou-se ainda à musicologia, com estudos sobre Stravinsky e Montever-



di, e a edições de obras de compositores antigos. E como explica ter isto ficado esquecido a ponto de seu nome nem figurar nos catálogos discográficos internacionais ? Tornou-se Malipiero um dos poucos casos de compositor que, com o tempo, viu sua obra diminuída no favor do público em vez de aumentada, como de praxe acontece.

Sua cultura, parece realmente ter sido grande, como o prova o trato com textos antigos que reconstituiu para utilização em suas óperas. Procurou alcançar a fusão perfeita da música e do drama e suas arrojadas tentativas nesse sentido despertaram algum interesse, mas foram combatidas por muitos. Pretendeu colocar-se num campo semelhante ao de Wagner, mas sem a genialidade deste. E talvez o cerebralismo excessivo que pôs em suas obras possa ser responsabilizado pelo esquecimento imerecido, mas fatal que veio antes do seu próprio centenário. Seria magnífico se a efeméride propiciasse uma revalorização de sua herança musical. Mas receio que esta modesta nota seja a única a lembrá-lo na passagem dos seus cem anos. ONM

\*

## 5. GOETHE PERANTE A MÚSICA

Juntamente com Hermann Hesse e Thomas Mann, foi Goethe um dos escritores mais envolvidos pela onipotente magia da música. E o pentagrama acolheu a inspiração poética do vate incomparável. Elenco infindo que o espaço desta coluna não admite esmiuçar. Contentemo-nos com dizer que a tragédia de **Faust** permitiu que Richard Wagner lhe traçasse uma dramática abertura de concerto; a Schumann uma admirável seqüência de oito cenas sob forma de oratório; a Berlioz sua magnífica "légende dramatique" intitulada **La Damnation de Faust**; as óperas **Mefistofele** de Boito, **Faust** de Gounod e o **Docktor Faust** de Busoni; a Liszt a sua monumental **Faust-Symphonie**; a Mahler sua 8ª Sinfonia. Não há falar do cenário musical de Beethoven para o grande drama **Egmont**, de sobejo conhecido. Menos ainda o **Lied**. Entre muitos outros, Goethe foi musicado por Reichardt, Beethoven, Schubert, Schumann, Brahms, Wolf, Franz, Busoni, Cornelius, Hauer, Krenék, Loewe, Liszt, Medtner, Pfitzner, Schillings, Schoeck, Richard Strauss, Duparc, Mussorgski, Webern, Rubinstein. A ópera **Werther** de Massenet, a **Canção da Pulga** de Mussorgski, o "scherzo" sinfônico de Dukas **L'Apprenti Sorcier**... e a lista prossegue ao infinito !

( José da Veiga Oliveira, excerto de artigo publicado no **Diário Popular**, de São Paulo, em 2-5-1982. )

\*

## 6. A MORTE DE CARL ORFF

O compositor alemão Carl Orff, conhecido não só por suas obras, mas também por seu método de ensino da música para crianças, faleceu no dia 29 de março do corrente ano, os 86 anos, numa clínica de Munique, em consequência de uma enfermidade que o retinha acamado há meses. Nascido a 10 de julho de 1895, de uma família bávara de acadêmicos e militares, alcançou fama mundial por algumas de suas composições como **Carmina Burana**, **Catuli Carmina** e as óperas **Prometeu** e **Antígona**. Sua formação musical começou bem cedo: aos cinco anos já era introduzido nas técnicas interpretativas do piano, órgão e violoncelo. Datam de 1911 as suas primeiras composições, baseadas em poemas de Heine, Hoelderlin e outros clássicos alemães. Na Academia de Música de Munique completou seus estudos para, em 1924, fundar sua própria escola, juntamente com Dorothee Guenther. Dessa atividade, muito influenciada pelos princípios de Dalcroze, Orff chegou a um novo relacionamento entre o movimento e a música, definido e explicado por ele no livro **Schulwerke für Kinder**, publicado em 1930. Com esse trabalho, Orff revolucionou a educação musical a partir da simplicidade e da ênfase ao ritmo. Ele partia da concepção de que o estudante é sujeito ativo no processo da aprendizagem e não mero receptor passivo.

A obra mais famosa de Orff, **Carmina Burana**, foi executada pela primeira vez em 1937, em Frankfurt. Um dos principais objetivos do compositor foi libertar a ópera da complexidade crescente que ela vinha ganhando desde o romantismo, apelando para simplicidade melódica e procurando estabelecer relações mais diretas entre a cena e o público. Em **Carmina Burana** essas idéias se concretizam. Espécie de cantata cênica sobre poemas profanos do século XIII, escritos em baixo-latim e baixo-alemão e extraídos de um manuscrito descoberto no Mosteiro Beneditino de Beuren, na Baviera, bem depressa se tornou popular em toda a Alemanha, correspondendo, na sua habilidosa concepção de apelo direto às camadas populares, aos princípios estéticos propugnados pelo III Reich.

Em 1954, essa mesma **Carmina Burana** valeu ao compositor o prêmio dos críticos de Nova York. Bem menos radicais do que aqueles que não perdoam Orff por ter sido incluído por Hitler no panteão da arte oficial nazista, com uma música monótona e repetitiva, sempre houve os que estiveram em sua defesa, vendo em sua arte uma forma de convivência com o que defendia e os ideais alemães da época. Daí, talvez, o fato de suas composições terem um caráter apolítico, lançando mão de textos antigos, apoiados por massas sonoras inusitadas, como **Antígona**, a tragédia de Sófocles quase declamada à moda gregoriana, tendo ao fundo quatro pianos (tocados a quatro mãos), seis contrabaixos, três harpas, seis trombetas, quatro flautas, seis oboés e, dominando o elenco, quinze

tocadores de instrumentos de percussão. Uma orquestra, ou “assembléia sinistra”, como disse uma vez Otto Maria Carpeaux, que não faz barulho, apesar do que se poderia supor, mas fala baixo, “com obstinação marcada”. Para muitos críticos, a música de Orff não pôde ser considerada a serviço do nazismo, mas também não teve o caráter revolucionário da de Schoenberg. Quase a reforçar esse aspecto, a Rádio de Israel noticiou a morte do compositor com pesar, seguindo-a de muitos elogios à sua obra e do fato dele ter “arriscado a própria vida para ajudar amigos judeus perseguidos pelo regime hitlerista”, Polêmica à parte, a música de Orff está no repertório das mais famosas orquestras do mundo e seu método de ensino musical, fundamentado na educação pelo ritmo, é muito apreciado.

( “O Estado de S. Paulo, 31-3-1982. )

**N. da R.** Complementando a excelente nota do grande jornal paulistano, que tomamos a liberdade de transcrever, acrescentamos uma relação provavelmente não completa da produção de Carl Orff:

1. Óperas e cantatas cênicas: **Carmina Burana** ( 1937 ); **Der Mond** ( “A Lua” ), ópera com libreto do compositor baseado num conto de Grimm; composta em 1937/8, foi apresentada pela primeira vez em Munique em 1939 e revista para uma nova apresentação em 1941; **Die Kluge** ( “A Astuta” ), ópera também com libreto do compositor e igualmente baseada num conto de Grimm ( Die Kluge Bauerntochter ), escrita em 1941/2, e apresentada em Frankfurt-sobre-o-Meno em 1943; **Catulli Carmina**, cantata cênica sobre textos de Catulo ( 1943 ); **Die Bernauerin**, ópera com libreto do compositor, apresentada em Stuttgart, em 1947; **Antigoniae**, ópera sobre o próprio texto de Sófocles em tradução de Hoelderlin, apresentada em Salzburgo em 1949; **Austutuli**, ( 1953 ), ópera com libreto do compositor baseado em cenas de **El Teatro Magico**, de Cervantes; **Trionfo dell’Afródite**, concerto cênico ( 1952 ), apresentado pela primeira vez em Milão em 1953; juntamente com **Carmina Burana** e **Catulli Carmina** forma verdadeiro tríduo; **Oedipus der tyrann** ( 1959 ), ópera sobre texto de Hoelderlin baseado na tragédia de Sófocles; **Prometheus** ( 1968 ), ópera sobre texto de Hoelderlin inspirado na tragédia de Esquilo; Estas óperas sobre Antígona, Édipo e Prometeu constituem uma trilogia refletindo o debate entre Deus, o Homem e o Destino. **De temporum fine commoedia**, “jogo alegórico sobre o fim dos tempos”, baseado em textos gregos, latinos e alemães, executado pela primeira vez no Festival de Salzburgo, de 1973; **Weihnachtsgeschichte** ( “História do Natal” ), oratório.

2. Obras orquestrais: Música incidental para “**O Sonho de uma Noite de Verão**, de Shakespeare ( 1939 ); **Olympische Reigen** ( 1936 ); **Entrata** ( 1940 ), para órgão e orquestra, baseado em tema do compositor inglês renascentista William Byrd.

3. Obras corais, de natureza didática: a numerosa coleção intitulada **Orff-Schulwerke**, com duas séries existentes em gravações: **Musikalisches Hausbuch** e **Música Poética**. Datam do período 1930/1933.

4. Deixou, ainda, arranjos de obras de Monteverdi ( **Orfeo**, **Lamento di Arianna** e **Il ballo dell’ingrate** ), a primeira de 1925 e as outras de 1940.

\*

\*

\*

## MEMÓRIA CAMPINEIRA (15)

## NÚCLEO COLONIAL CAMPOS SALES

Do precioso volume **A Cidade de Campinas em 1901**, almanaque organizado por Leopoldo Amaral e editado pela Casa Livro Azul, de Castro Mendes & Irmão, transcrevemos o artigo assinado por A. C. de Moraes Sales sobre o “Núcleo colonial Campos Sales”, empreendimento importantíssimo para o povoamento e desenvolvimento de toda a região posteriormente conhecida por “Funilense”:

“A fazenda **Funil**, compreendendo **Três Barras, São Bento e Boa Vista**, que se lhe anexaram, é uma vasta propriedade com a superfície agrária de perto de cinco mil alqueires (alqueire no Estado de São Paulo é medida vulgar, igual a 24.200 metros quadrados) cuja quase totalidade consiste ainda em matas virgens e capoeirões.

Distância cinco léguas desta cidade, sete de Mogi-mirim e quatro e meia de Limeira.

As terras desse grande imóvel, bem como as que o circundam até certa distância, têm-se conservado geralmente incultas em razão da dificuldade de transporte, sem embargo de se prestarem vantajosamente à pequena lavoura.

Era, pois, intuitiva a conveniência de ligar-se aquela extensa zona aos centros consumidores, onde não raro escasseiam produtos que ela poderia fornecer-lhes nas mais favoráveis condições.

Embalde no ano de 1870 o ministro da Agricultura recomendava ao presidente da província de São Paulo fizesse constar aos colonos do Funil a disposição em que se achava o Governo Imperial de auxiliar os seus parentes e conterrâneos, que por ventura desejassem vir a se estabelecer naquele ponto, com a contribuição de 70\$000 rs. por adulto e 30\$000 por menor entre 2 e 14 anos de idade.

Essa tentativa estava destinada a encontrar invencível embaraço, já nas condições gerais do país, já na distância a que nos temos referido.

Proclamada a República, por ato de 11 de setembro de 1890 o governo provisório contratou com o tenente-coronel João Manuel de Almeida Barbosa, então proprietário do mencionado imóvel, o estabelecimento de burgos agrícolas, garantindo-lhes diversos favores e vantagens, porém a Companhia Sul-Brasileira, que pouco depois adquiria a fazenda com o referido contrato, não lhe deu execução, deixando-o caducar.

Entretanto, organizava-se nesta cidade, a esforços dos Srs. Francisco de Paula Camargo e José de Sales Leme, a **Companhia Carril Agrícola Funilense**, cujo objetivo era ligar por meio de uma linha férrea de bitola estreita (0,60cm) aquela fazenda a esta cidade. Os trabalhos

de construção começaram com a desejável atividade, mas a deplorável depressão do câmbio que se seguiu ao golpe de Estado de 3 de novembro de 1891, impediu a diretoria de mandar vir o material que devia ser encomendado no estrangeiro.

Concluído o movimento de terras, seguiu-se um período de inação e desânimo, ficando o serviço entregue à inclemência do tempo.

Foram baldados os esforços empregados pela nossa Câmara Municipal no sentido de reanimar a empresa: nem uma garantia de juros sobre o capital de 400.000\$000 votada pela respeitável corporação, logrou dissipar entre os acionistas o pânico que sucedera à vertiginosa febre dos inolvidáveis dias do **encilhamento**. A reação não podia ser mais intensa.

Achavam-se as cousas neste pé quando assumiu a presidência do Estado de São Paulo o Sr. Dr. Campos Sales. Convencido da conveniência de substituir o sistema de imigração, que consistia em favorecer levas de colonos para as fazendas agrícolas de que eles logo se retiravam, voltando à sua pátria para repetirem à custa dos cofres públicos cômodo passeio, S. Exa. entrou a cogitar da necessidade de fixar o trabalhador ao solo nacional, convertendo-o em proprietário da gleba que cultivasse.

Nesse intuito resolveu, desde logo, fundar um núcleo colonial que servisse de modelo aos estabelecimentos congêneres deste Estado, escolhendo para tal fim o município de Campinas, sua terra natal.

A princípio dirigiu suas vistas para o bairro de **Rebouças**, onde esperava adquirir, por preço relativamente pequeno, terrenos adjacentes à linha férrea da Companhia Paulista; mais tarde voltou-as para o **Funil**, onde o governo, se precisava auxiliar a construção da via férrea ainda em começo, encontrava por outro lado, mil e duzentos alqueires de terra de qualidade incomparavelmente melhor que a companhia proprietária se propunha ceder-lhe gratuitamente.

Em boa hora para a cidade de Campinas surgia este projeto.

Pouco tempo depois o novo presidente, acompanhado de alguns amigos e de representantes da imprensa, entre os quais se encontrava José Maria Lisboa, seu companheiro na fundação da **Gazeta de Campinas** sob a gloriosa direção de Quirino dos Santos, percorria aqueles sítios, sem ocultar a agradável impressão de que se achava possuído; e de volta ao centro da fazenda o Exmo. Barão Geraldo de Resende, diretor-gerente da Companhia Sul-Brasileira, brindava à prosperidade do **Núcleo Colonial Campos Sales**, propondo destarte, com a sua habitual gentileza, a denominação que deveria vir a ter o esperançoso estabelecimento.

Depois do necessário descanso, seguia a alegre comitiva a visitar a belíssima cachoeira pela qual se precipitam sobre larga bacia as águas do rio Jaguari para em seguida correrem, vertiginosamente, comprimidas

entre duas muralhas de rocha, afetando nos últimos pontos do seu trajeto a forma de um funil. Daí o nome que mais tarde se estendeu à região.

O terreno que adquiriu o governo acha-se dividido em duzentos lotes convenientemente demarcados, tendo-se conservado indivisa uma área de cerca de duzentos alqueires em mata virgem que se destina a logradouro comum.

Cada um desses lotes contém cômoda e elegante casa em cuja construção se esmeraram os idôneos empreiteiros incumbidos desse serviço.

De tal disposição excetuam-se trinta dos lotes próximos à estação terminal da estrada de ferro, cujas casas foram edificadas em agrupamento como princípio da povoação que ali naturalmente se vai formar, contando já alguns edifícios particulares e uma fábrica de cerveja.

As condições em que o governo do Estado cede os referidos lotes aos colonos que para ali se dirigem são de natureza a facilitar-lhes o pagamento, já pela comodidade do preço e já pela extensão do prazo que lhes é concedido.

Existem no novo núcleo setenta famílias de suíços, alemães e nacionais, pretendendo o governo, dentro em pouco tempo, vê-lo completamente montado.

Segundo um projeto já aprovado pelo Congresso do Estado, em via de promulgação, ficam exclusivamente pertencentes ao município de Campinas a fazenda **Funil** e as situações anexas denominadas **Três Barras**, **Boa Vista** e **São Bento**, dentro das quais está situado o referido núcleo.

A linha férrea, cuja inauguração teve lugar a 18 de setembro de 1899, é uma prova da reconhecida competência do consciencioso engenheiro da companhia, o Sr. D. Christiano Röhe.

Possa o **Núcleo Colonial Campos Sales** corresponder às esperanças daqueles que tanto se têm esforçado pela sua fundação". ( Págs. 222 a 227. )

\*

\*

\*

## TRANSCRIÇÃO

### IGUAPE: ESPLENDOR E DECADÊNCIA

Antonio Paulino de Almeida

Somente à luz da história ou por meio da tradição é possível conhecer-se a importância que chegou a ter Iguape nos tempos provinciais. E como prova do que foi outrora a histórica cidade paulista, ainda ali podem ser observadas algumas de suas construções que são um atestado vivo de sua antiga riqueza e opulência.

Essa época feliz não foi por certo a da mineração do ouro, mas sim ao tempo em que se afervorou o trabalho nos estaleiros de construções navais, quando mais intenso se tornou o transporte de mercadorias por intermédio do seu porto, que desfrutou durante largos anos a primazia de entreposto comercial dessa vastíssima região sul paulista, a primeira a ser povoada na Capitania de São Vicente.

Se ainda hoje percorrermos as suas ruas, diante dos monumentos que ali existem, sentiremos nosso espírito transportado para os dias que longe vão, observando a suntuosidade de algumas daquelas ruínas que testemunham a grandeza passada, quando os seus filhos cheios de fé puderam levar a efeito tantas obras de vulto como esse templo majestoso, que é a Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus, além de outras sólidas construções que denotam a abastança em que viviam os seus proprietários.

Foi durante esse período, que chegou a alcançar os últimos tempos do Império, que tiveram princípio as freguesias de Juquiá, Praia e Jucupiranga, em território de seu município.

Era Iguape, então, uma cidade de aspecto agradável, com regular movimento e dotada de muitos recursos. Possuindo já elevado número de habitantes, mesmo durante a noite apresentava-se movimentada, pois que, quando os grandes estabelecimentos comerciais cerravam as suas portas, abriam-se os salões de festas e os centros de estudos, onde se reunia a sociedade local. Centro receptor e ao mesmo tempo exportador de toda a zona da Ribeira, podemos afirmar, tinha Iguape vida própria, pois além de um comércio adiantado, contava ainda com uma indústria bastante apreciável, em que se destacavam grandes e importantes engenhos centrais, destinados ao benefício do arroz. Possuía diversos jornais superiormente dirigidos, que além de assuntos de interesse do município, publicavam importantes trabalhos sobre a história e ciências. A sociedade iguapense contava em seu seio com elementos representativos, havendo uma plêiade de jovens que pertencendo aos clubes literários não deixavam de se interessar pelos assuntos de história, música e pintura.

Esse período progressista prolongou-se ainda por muitos anos, até que, com o prolongamento da Estrada de Ferro Sorocabana atravessando a região do Planalto e, conseqüentemente, provocando o desvio de grande parte de mercadorias para Santos e São Paulo, a obstrução do porto pelas areias arrastadas pelo Ribeira e, por último, pela construção da linha férrea Santos-Juquiá, muito se ressentiu a cidade de Iguape, verificando-se então um verdadeiro êxodo da população.

E isso porque a maior parte da produção procedente não só do próprio município, como de toda a região ribeirinha, e que até então se encaminhava para a cidade, de onde era reexportada principalmente para o Rio de Janeiro, passou a ser conduzida pela estrada de ferro, o que fez com que os vapores que, até então, freqüentavam o seu porto desaparecessem como quê por encanto, mesmo porque quase toda a importação destinada às vilas e cidades da região passou a ser feita pelo Juquiá.

Semelhante estado de coisas acentou-se, de tal modo, que nos últimos anos o porto que era freqüentado por vapores de três ou quatro companhias de navegação, além de outras embarcações pertencentes a particulares, perdeu o seu costumado movimento, rareando ali até mesmo as pequeninas embarcações à vela, antes muito freqüentes.

Em meados do século XIX — portanto muitos anos antes da abertura do Valo Grande — com o desenvolvimento da produção tornou-se evidente a dificuldade de meios de transportes, pois o emprego das grandes canoas arrastando-se vagarosa e perigosamente pelas águas do Ribeira, muitas vezes navegando mais de 150 quilômetros rio acima, já não satisfazia às necessidades da região. Assim, foi necessário o emprego de embarcações maiores e principalmente mais rápidas e seguras, o que somente seria conseguido por meio da navegação a vapor, já então em pleno desenvolvimento pelo litoral.

( O Ribeira de Iguape, em "Revista do Arquivo Municipal", vol. 102, págs. 30/31. São Paulo, abril/maio, 1945. )

\*

\*

\*



## TEXTOS ( Sugestões para seminários )

## COLONIZAÇÃO EM SÃO PAULO

( Joaquim Floriano de Godoy )

A história da colonização em São Paulo pode servir de guia aos colonizadores de outras províncias. Nela encontra-se, a par de uma experiência de mais de vinte anos, todas as soluções práticas às questões de contratos, desde a locação de serviços até à parceria e suas modificações. A boa-fé com que o fazendeiro paulista entra nestes cometimentos; as lutas constantes e tenazes para destruir suspeitas arraigadas no ânimo do colono contra sua probidade; o esforço perseverante no intuito de desenvolver o amor ao trabalho e hábitos econômicos em seus contratos, merecem um estudo refletido, porque aí está o segredo dos fecundos resultados obtidos em matéria tão espinhosa. Uma vez vencidos os últimos preconceitos do estrangeiro contra nossa lealdade, estarão abertas as portas à imigração. Mais um esforço e tudo ficará feito. A geração atual não fruirá gozos; mas com toda a certeza a vindoura colherá os frutos de trabalho tão afanoso.

As prevenções injustas que na Europa, principalmente por parte dos governos da Alemanha e Portugal, têm-se manifestado contra a emigração para São Paulo; os próprios erros de nossos governos nesta matéria; a falta de agentes encarregados de mostrarem pelo jornal, pelo livro, pelas associações científicas, os erros em que na Europa estão das cousas do Brasil, tudo isto são graves embaraços com que luta o colonizador paulista. Não obstante, a obra da regeneração da lavoura caminha e há de chegar a seu último estágio.

Não faremos seu histórico desenvolvido, porque isso seria matéria para obra volumosa; só daremos dela ligeira notícia.

Os primeiros colonos estrangeiros que vieram para esta província foram 926 alemães enviados pelo governo-geral em 1828, dos quais 336 formaram um núcleo de colonização agrícola sob a direção do doutor em medicina Justiniano de Melo Franco. Passados tempos dispersou-se esta colônia e os indivíduos que permaneceram na lavoura adquiriram fortuna e os outros internaram-se pela província.

Depois desta tentativa, o senador Vergueiro, em 1847, mandou contratar colonos europeus, vindo 80 famílias compostas de 400 indivíduos para sua fazenda do Ibicaba. Os felizes resultados colhidos na lavoura por Vergueiro e a cessação do tráfico de escravos resolveram a muitos fazendeiros a caminhar na vereda aberta pelo benemérito senador.

De então até hoje mais de 40 colônias agrícolas foram fundadas na província, compostas de franceses, suíços, alemães e portugueses em número superior a 4.000.

Os colonos, em sua máxima parte, são engajados na Europa mediante contratos que podem ser classificados em quatro ordens. A primeira consiste no contrato de parceria quanto à remuneração do trabalho; a segunda, do princípio de parceria pelo pagamento a preço fixo de alqueire do café colhido; a terceira de salário fixo quanto à cultura do café e pagamento da colheita por alqueire a preço fixo; a quarta de locação de serviços exclusivamente.

( Segue-se a relação das colônias existentes na época. )

Quais os resultados principais colhidos pela colonização particular em São Paulo? O primeiro, foi chamar famílias brasileiras ao trabalho agrícola, sujeitando-se ao regime das colônias. O segundo, criar a pequena propriedade em escala avultada. O terceiro, aumentar a produção do café e algodão, preparando-os com processos aperfeiçoados, com o que os gêneros adquiriram grande valor. O quarto, criar indústrias novas. O quinto, melhorar a educação pública pela necessidade do conhecimento de diversas línguas e costumes estrangeiros. O sexto, o aumento da riqueza pública pelo desenvolvimento da exportação. O sétimo, estabelecer comunicações mais íntimas entre a Europa e o Brasil, abrindo assim as portas à imigração.

( A Província de S. Paulo: trabalho estatístico histórico e noticioso, destinado à Exposição Industrial de Filadélfia, oferecido a S. M. Imperial o Sr. D. Pedro II pelo Senador do Império Dr. Joaquim Floriano de Godoy, natural de S. Paulo. Rio de Janeiro, Tip. do Diário do Rio de Janeiro, 1875. Págs. 131/133. Reedição fac-similada com intr. e notas de Brasil Bandecchi, da Academia Paulista de História. Governo do Estado de São Paulo, 1978. Coleção "Paulística", vol. XII. )

\*

### A IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDA AOS ESTUDOS HISTÓRICOS

( Frederico Ozanan )

Compreendes, pois, a importância atribuída em nossos dias aos estudos históricos. Sobre este ponto, todos estão de acordo. Mas a cisão surge no próprio ponto de partida, tendo por objeto os dados da questão. Tomam uns a psicologia por base de suas pesquisas, criando para seu uso uma espécie de homem abstrato à semelhança da estátua de Con-

dillac, e vendo nesse homem tudo quanto querem. Dele deduzem uma fórmula filosófica sobre a qual fazem repousar a história, como se fora o leito de Procusto, cortando e martirizando tudo quanto não se adapta à inflexibilidade do seu modelo. E tais pessoas, que apenas repetem Rousseau, Dupuris e Volney, fizeram esta admirável descoberta: as religiões começaram pelo fetichismo. Repetem esta conclusão a quem os quer ouvir, discorrendo sobre a lei do progresso, a extinção do cristianismo e o próximo advento de uma nova religião. É isto o que recentemente pregou Jouffroy, professor de filosofia na Sorbonne, nessa mesma Sorbonne fundada pelo Cristianismo e cuja cúpula ainda ostenta o signo da cruz. Mas, ante esta escola que se rotula de "racionalista", outra se ergue com o nome de "tradicional". Não que tenha esta repudiado a razão, mas porque a história é a base, e a tradição o ponto de partida de seu sistema. Em suas fileiras destacam-se Chateaubriand, Lamennais, Ekstein, Ballanche e Bonald, e, na Alemanha, Schlegel, Baader, Stolberg e Coerres. Dois objetos, para eles, se distinguem nos conhecimentos humanos: o finito e o infinito, a verdade filosófica e a religiosa; e duas maneiras de chegar ao conhecimento: a razão e a crença, a análise e a síntese ou, como se exprime a igreja: a ordem da natureza e a da graça. O finito é assaltado de todos os lados pelo infinito. O infinito é Deus, o Alfa e o Ômega, princípio e fim. Donde se conclui que a síntese é, ao mesmo tempo, base e coroamento da humanidade, sendo, portanto, a verdade religiosa o manancial e o fim da verdade filosófica.

( Carta a Ernesto Falconnet, Paris, 18 de dezembro de 1831. *Cartas de Frederico Ozanan*, 1<sup>o</sup> volume, págs. 31/32. Trad. de João Pereira Duprat. São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, 1953. )

\*

\*

\*

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA  
ANTÔNIO PAULINO DE ALMEIDA ( 1882 – 1969 )

“Historiador do litoral paulista” é o qualificativo que melhor se lhe assenta, embora haja quem o prefira chamar de “historiador de Cananéia”, por ter sido neste velho porto paulista que Antônio Paulino de Almeida nasceu há um século, precisamente a 15 de fevereiro de 1882. Prefirimos alargar-lhe o epíteto, pois não foi só de sua velha Cananéia e das cidades do litoral sul que cuidou, mas igualmente, e com a mesma dedicação, do litoral norte.

Tivemos o privilégio de conhecê-lo quando, em tempos que já vão bem longe, realizávamos pesquisas sobre a história primitiva de Campinas no Arquivo Público do Estado, então localizado à antiga rua Visconde do Rio Branco, na capital paulista. Ali fomos levados pela figura amiga e saudosa de Carlos da Silveira, que ao Arquivo comparecia regularmente para suas pesquisas genealógicas sobre os velhos troncos valeparaibanos, e ao mestre silveirense ficamos devendo a apresentação ao velho pesquisador. Paulino não era propriamente o diretor do Arquivo, mas era como se o fosse. Era sempre com ele que os consulentes se entendiam e, com sua larga experiência e boa vontade, não houve provavelmente frequentador do Arquivo daquela época que lhe não ficasse devendo a iniciação na árdua tarefa de ler e às vezes decifrar os velhos papéis, carinhosamente guardados como testemunhos vivos do passado paulista.

Quando fomos pela primeira vez ao velho casarão da Rua Visconde do Rio Branco, o nome de Antônio Paulino de Almeida já nos era familiar, pois dele já havíamos lido pelo menos dois trabalhos publicados na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo** — a monografia sobre Ariri e o memorial sobre as comemorações da arribada martim-afonsina ao porto de Cananéia em 1531 — e alguns outros que vinha publicando na **Revista do Arquivo Municipal**, na qual, aliás, foi onde deu à estampa grande parte de sua produção. A partir de 1958, passou a colaborar na **Revista de História** e toda a matéria nela publicada foi reunida para formar os livros **Memória histórica sobre São Sebastião** e **Memória histórica sobre Cananéia**, este em três volumes.

Além desta sua produção original, Paulino de Almeida, nos muitos anos em que esteve vinculado ao Arquivo Público do Estado, promoveu a publicação de mais de trinta volumes da preciosa série dos **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo** e alguns outros das séries **Sesmarias** e **Inventários e Testamentos**, valiosas coleções de documentos que o Arquivo do Estado vem editando desde fins do século passado.

Diplomado pela Faculdade de Direito de São Paulo na turma de 1909, Antônio Paulino de Almeida foi delegado de polícia e promotor público até 1927, quando foi nomeado para o Arquivo do Estado ocupando o cargo de chefe da seção histórica, vindo a se aposentar após 46 anos de serviço. Teve os últimos anos de sua vida obscurecidos por completa cegueira. Aliás, desde tenra idade teve problemas de visão, os quais, contudo, não lhe arrefeceram o ânimo nem diminuiram sua notável capacidade de trabalho. Faleceu em São Paulo aos 14 de agosto de 1969.

Dado também às belas-letas, publicou **A Pastora, Ironias de ouro, A Passarada, Minha Terra** (poemas e novelas) e um trabalho sobre lendas e tradições, **O Tesouro dos Jesuítas**.

Sua produção, no campo da história, ficou em grande parte esparsa por jornais e pela **Revista do Arquivo Municipal**; apenas a colaboração na **Revista de História** foi reunida para formar os volumes já mencionados sobre São Sebastião e Cananéia.

O arrolamento aqui apresentado de sua produção está longe de ser completo, mas suficiente, contudo, para testemunhar sua capacidade de trabalho e seu interesse pela história do litoral paulista:

1. Avulsos:

**Memória Histórica de Pariquera-açu.** São Paulo, 1939.

**O Tesouro dos Jesuítas.** São Paulo, Tip. Globo, 1943.

2. Na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**:

**Ariri, histórico de sua fundação** ( vol. 26, 1929 ).

**O itinerário seguido pela primeira bandeira paulista** ( vol. 30, 1935 ).

**Memorial descritivo das festas comemorativas do quarto centenário do apontamento da frota de Martim Afonso de Sousa ao porto de Cananéia e da partida da bandeira de Pero Lobo** ( vol. 30, 1935 ).

**Terceiro centenário da Vila de São Sebastião** ( vol. 31, 1936 ).

**A voz do litoral: discurso em Ubatuba** ( vol. 33, 1938 ).

**A Ilha do Bom Abrigo** ( vol. 34, 1938 ).

3. Na **Revista do Arquivo Municipal**:

**São Sebastião** ( vol. 2, julho de 1934 ).

**A Lagoa Dourada** ( vol. 9, fev. de 1935 ).

**O Aldeamento dos índios puris** ( vol. 11, abril de 1935 ).

**A tragédia de Caraguatatuba** ( vol. 12, maio de 1935 ).

**Breves notas sobre os sambaquis de Cananéia** ( vol. 18, nov. de 1935 ).

**O Forte da Ilha Comprida** ( vol. 20, fev. de 1936 ).

**Uma idéia da criação de uma universidade** ( vol. 29, nov. de 1936 ).

**Um paulista ilustre: Homem de Melo** ( vol. 34, abril de 1937 ).

**Tricentenário de Ubatuba** ( vol. 40, out. de 1937 ).

**O Ribeira de Iguape** ( vol. 102, abril/maio de 1945 ); tirado em separata com o título **História da Navegação a Vapor na Ribeira de Iguape, seus afluentes, Mar Pequeno e Canal de Arapirã**.

**Usos e costumes praianos** ( vol. 104, ago/set. de 1945 ).

**Da decadência do litoral paulista** ( vol. 107, mar/abril de 1946 ).

- Da ação dos piratas e fortificações do litoral ( vol. 109, jun/agosto de 1946 ).  
Memória histórica da Ilha do Cardoso ( vol. III, nov/dez. de 1946 ).  
O Litoral Norte ( vol. 112, Jan/fev. de 1947 ).  
Ereção da Capela de Nossa Senhora da Guia de Xiririca ( vol. 116, out/dez. de 1947 )  
A Igreja Matriz de São João Batista, de Cananéia ( vol. 118, abril/junho de 1948 ).  
Memórias memoráveis ( vol. 120, out/dez. de 1948 ).  
Canal do Varadouro ( vol. 123, março de 1949 ).  
Memória histórica de Jacupiranga ( vol. 127, setembro de 1949 ).  
Incidentes com os vigários de Cananéia ( vol. 130, janeiro de 1950 ).  
A Ilha Comprida ( vol. 137, nov/dez. de 1950 ).  
As grandes enchentes ( vol. 142, agosto de 1951 ).  
Formosa da Ribeira ( vol. 146, jan/março de 1952 ).  
Sabaúna, Vila Nova da Lage e Ararapira ( vol. 147, abril/maio de 1952 ).  
O Bacharel de Cananéia ( vol. 150, agosto de 1952 ).  
Memórias da Câmara da Vila de Iguape ( vol. 151, setembro de 1952 ).  
Fundação de Cananéia ( vol. 152, outubro de 1952 ).  
História da Navegação do Litoral Paulista ( vol. 153, novembro de 1952 ).  
A Ilha de Cananéia ( vol. 154, dezembro de 1952 ).  
O Livro do Tombo de Xiririca ( vol. 156, maio/junho de 1953 ).  
Monstros marinhos ( vol. 159, março de 1957 ).
4. Na Revista de História. Conforme se indicou, toda a sua colaboração nesta revista ( de 1958 a 1971 ) foi reunida para formar os livros:  
Memória Histórica sobre São Sebastião, 1959, ( vol. 19 da Coleção “Revista de História” ) e  
Memória Histórica sobre Cananéia, 1963, 1966 e 1981, ( vols. 26 e 28 da Coleção “Revista de História” ) e o terceiro, póstumo, como publicação do Departamento de História ( série Didática, nº 11 ) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

\*

\* \*

## RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

( Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista às quartas-feiras, no **Correio Popular**, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica indicam-se as datas em que foram divulgadas. )

## 69. UMA RUA CHAMADA ZALUAR

Bem que ela poderia chamar-se assim: simplesmente **Rua Zaluar**, que bastaria para identificar o titular de simpática via pública do Bonfim, de apenas duas quadras, ligando a Governador Pedro de Toledo à Clodomiro Ferreira Camargo. Mas a Prefeitura de Campinas, na sua preocupação de dar às ruas nomes completos dos homenageados, denominou-a **Rua Augusto Emílio Zaluar**. Não importa. O que vale é o sentido da homenagem, inscrevendo numa via pública da cidade o nome do jornalista e poeta português (bem melhor jornalista que poeta) que em 1863 publicou valioso livro sobre São Paulo, sempre citado na bibliografia paulista como um dos melhores relatos de viagem à então Província de São Paulo. E é justamente uma reedição desse livro há alguns anos publicada pela Editora Itatiaia, de Belo Horizonte, que me leva a evocá-lo nesta nota.

Quase oitenta anos ficou a **Peregrinação pela Província de São Paulo** inteiramente ausente das livrarias, pois publicada, como se disse, em 1863, só em 1943 seria reeditada pela antiga Editora Cultura, de São Paulo, integrando a série "Brasilica", onde figurava como volume quarto. Com a falência desta editora, seus livros (inclusive o Zaluar e outros títulos valiosos da mesma coleção) foram vendidos por preço ínfimo pelas calçadas do centro da cidade de São Paulo. Foi onde adquiri vários exemplares, que ofereci a amigos e colegas. E com isto, desapareceu de novo o Zaluar, para só reaparecer dez anos depois, quando Afonso de Taunay planejou a "Biblioteca Histórica Paulista", comemorativa do quarto centenário da cidade de São Paulo e publicada pela Editora Martins, e nessa coleção houve por bem incluir a **Peregrinação** do Zaluar. Esta edição de Taunay foi reimpressa em 1975, em tiragem não vendida, apenas distribuída a bibliotecas. Na mesma época aparecia uma nova edição, pela Itatiaia, de Belo Horizonte, em convênio com a Universidade de São Paulo e reproduzindo fac-similarmente a edição de Taunay, tendo a mais apenas um prefácio de Mário Guimarães Ferri, diretor da coleção "Reconquista do Brasil", da editora mineira, e na qual foi a **Peregrinação** incluída sob nº 23, da série grande formato. É esta a edição no momento disponível, se já não estiver esgotada.

Zaluar, que nasceu em Lisboa em 1825 e faleceu no Rio de Janeiro em 1882 (portanto há um século), esteve em Campinas e o que escreveu sobre nossa cidade é de muita valia, como aliás, o é o que escreveu sobre a antiga Província de São Paulo, na qual observou não apenas os aspectos urbanos, mas, principalmente os aspectos ligados à vida rural, com descrições bem pormenorizadas de nossas antigas fazendas da época áurea do café. É bem significativo que seu nome tenha sido lembrado para batizar uma rua de Campinas. (10-2-1982).

\*

## 70. O TURISMO UTILIZA-SE DE TEODORO SAMPAIO

Em 1893, Teodoro Sampaio, grande engenheiro a quem São Paulo deve admirável folha de serviços, empreendeu, a convite do Barão da Bocaina, uma excursão à Serra da Mantiqueira e a Campos do Jordão, visitando, também, a vizinha São Francisco de Campos. O relatório dessa viagem, juntamente com o de outra realizada à mesma região cinco anos mais tarde, foi publicado em fins do século passado, constituindo verdadeiro modelo de descrição geográfica. A Editora Brasileira reeditou-o há pouco, com prefácio de Alves da Mota Sobrinho. Nesse relatório, Teodoro Sampaio reivindica para a região de Campos de Jordão a sede da Capital Federal que, nos termos da então recente Constituição de 1891, deveria transferir-se oportunamente para o Planalto Central do Brasil. Este “oportunamente”, como todos sabem, custou muito a chegar, pois só em 1960, com a inauguração de Brasília, veio a efetivar-se.

A certa altura de seu relatório (pág. 41 da nova edição), Teodoro Sampaio faz estas perguntas: “Por que não imitamos, ao menos, os bons hábitos, nós, que somos um povo de imitadores? Por que não temos nós as nossas estações de veraneio, as nossas estações de água, as nossas cidades balneárias como as têm povos a quem tão servilmente copiamos, e que, aliás, não foram tão generosamente dotados como nós?” Creio significativo registrar que essa frase calhou à maravilha para o anúncio de uma empresa turística interessada em promover a valorização de São Francisco dos Campos como um novo pólo turístico no Estado de São Paulo. Em torno da residência construída pelo Barão da Bocaina, na qual se hospedou o grande engenheiro, surgiu uma cidade que chegou a ter alguma importância na época em que o café dominava a região. Mas no começo deste século entrou em decadência, até que, em 1969, um filho do Barão, e depois dele outros da família, decidiram-se a fazer reviver o local que Teodoro Sampaio considerava um verdadeiro “paraíso ecológico”.

A frase de Teodoro Sampaio, considerada pelo anúncio um verdadeiro “desabafo”, tendo por objetivo chamar a atenção para o que



nós tínhamos de bom ( em vez de só ficarmos a imitar o que os outros tinham de ruim... ), acabou servindo para chamar a atenção do leitor comum para a grande figura do baiano ilustre que vinculou seu nome à terra paulista, não só no exercício de sua profissão de engenheiro, mas igualmente como pesquisador de nossa história, sobre a qual escreveu preciosos ensaios ainda há pouco reeditados num belo volume da Editora Vozes, de Petrópolis. E se, um dia, esse novo pólo turístico vingar e tomar-se efetivamente uma de nossas importantes estâncias, muito terá ele devido a Teodoro Sampaio. ( 17/3/1982 )

\*

## 71. RETRATO DE CORPO INTEIRO

Há algum tempo, num questionário de conhecimentos gerais apresentado a uma classe de nível universitário (!), perguntou-se quem havia sido Armando de Sales Oliveira. Por incrível que possa parecer, ninguém soube responder à pergunta. Quem não a deixou em branco, escreveu simplesmente que já tinha ouvido falar nele, mas sem a menor idéia de quem houvesse sido... E, no entanto, santo Deus !, não faz ainda cinquenta anos que esse homem extraordinário teve intensa participação na vida política de São Paulo e do Brasil. Pensava nesta tremenda desmemorização de que sofre nosso pobre País enquanto lia o livro do Professor Pacheco e Silva sobre o grande estadista. Livro que, se dependesse de mim, seria distribuído em todas as escolas do Estado de São Paulo e mesmo do Brasil. Nele, não se encontra apenas o Armando político e administrador que, de 1933 a 1936, dirigiu os destinos de nosso Estado numa das mais fecundas administrações de sua história. Nele se encontra também o engenheiro, o técnico, o planejador que, no exercício de sua profissão, ligou o nome a diversas regiões da terra paulista, bem como o taylorista criador do Idort, base filosófica de sua trajetória política; enfim, um Armando de Sales Oliveira de corpo inteiro, que eu próprio não conhecia integralmente.

Residia em outro Estado quando ocorreu sua nomeação para o Executivo paulista como Interventor do Governo Federal em 1933. Seu sobrenome, obviamente, não me era estranho, pois figurava, inclusive, numa importante cidade do Estado. Sabia-o filho de um grande engenheiro que ligara seu nome a Campinas, a princípio nas obras de saneamento da cidade e depois como um dos diretores da Mogiana. Nome que a cidade fez questão de inscrever numa de suas mais importantes vias públicas. Mas,

do filho nada sabia. Ainda ausente de São Paulo, exultei com o presente de aniversário que ele ofereceu à nossa terra no dia 25 de janeiro de 1934: a criação da Universidade de São Paulo e, com ela, a da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, à qual posteriormente me vinculei, nela realizando toda a minha formação e carreira profissional. Embora avesso à política, dela nunca desejando participar, acompanhei com entusiasmo a trajetória do grande estadista, razão pela qual folguei em encontrar no livro do Professor Pacheco e Silva a transcrição de numerosas páginas de Armando, que bem poderiam figurar num ideário político brasileiro.

Ao enumerar as qualidades necessárias a quem se dispusesse a escrever a biografia de Armando de Sales Oliveira, o autor como que traça seu próprio perfil. Não sei de outro mais em condições de escrevê-la, já que o acompanhou ao longo de sua vida e muito antes de seu aparecimento para a vida pública. Enfim, um grande livro para uma grande vida. ( São Paulo, Editora Parma/USP, 1980 ). ( 31-3-1982 )

\*

## 72. A PROPÓSITO DE TIRADENTES

O fato de ter sido Tiradentes o único dos participantes da Inconfidência Mineira a sofrer a pena capital fez dele não só a figura mais popular de nossa História, mas o próprio símbolo do movimento que em fins do século XVIII eclodiu na Capitania das Minas Gerais, tanto que a data escolhida para celebrar a Inconfidência é a do próprio suplício do mártir. Mais ainda: certa visualização romântica deu-lhe feições messiânicas e barba nazarena ( que ele provavelmente não usava ) e no consenso popular levou a uma transferência do coletivo para o individual, cabendo ao simpático alferes toda a glória e responsabilidade do movimento mineiro, como se dele ninguém mais participasse.

Quantas cidades do Brasil terão uma rua “da Inconfidência”, como têm uma rua ou praça “da República”, “da Abolição” ou “dos Bandeirantes”? Nestes grandes movimentos prevaleceu o sentido de coletividade, enquanto que a Inconfidência está resumida no Tiradentes, cujo nome batiza ruas em quase todas as cidades do País.

Bauru foi outrora ( das cidades de que me lembro ) a única a ter uma rua “da Inconfidência”. Mas bastou que falecesse um cidadão ilustre da cidade, advogado renomado, para que a Prefeitura, querendo homenageá-lo desse o seu nome à mesma rua “da Inconfidência”, apagando assim com uma penada a homenagem inicialmente tributada coletivamente aos heróicos mineiros do século XVIII. É certo que São Paulo possui uma Praça “dos Inconfidentes”, mas tão minúscula que mal aparece nas plantas.

A propósito do 21 de abril, convém lembrar que a data chegou a ser suprimida como feriado nacional, logo após a Revolução de 1930, quando o Governo Provisório que se apossou do País, entendendo que havia feriados em demasia ( e havia mesmo ), eliminou a metade deles. Mas os mineiros não se conformaram e conseguiram a volta do feriado, que deixou de ser comemorado por uns dois ou três anos apenas. Vivia na ocasião em importante cidade mineira e embora fosse ainda menino de ginásio, botei minha assinatura numa das muitas listas pleiteando a volta do 21 de abril como feriado nacional. O mesmo foi também pleiteado pelas associações de homens de cor, com relação ao 13 de maio, mas até agora nada conseguiram.

Alguns historiadores mineiros estão querendo rever a imagem do Tiradentes, apresentando-o sem barba, numa figura talvez mais condizente com a verdade histórica. Mas, qual o brasileiro que não se habituou desde menino com a imagem corrente do glorioso herói e mártir ? Valerá a pena tentar substituí-la ? Especialmente quando se considera que há coisas bem mais importantes a serem pesquisadas na própria Inconfidência. Campinas não esqueceu o Tiradentes. Uma extensa e importante rua de nossa cidade o relembra. ( 21/4/1982 ).

\*

D O A Ç Ã O	
Por:	_____
Em:	26/11/82

## **UNIDADES UNIVERSITÁRIAS**

### **I – INSTITUTOS**

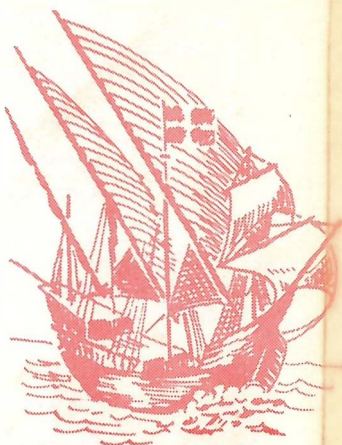
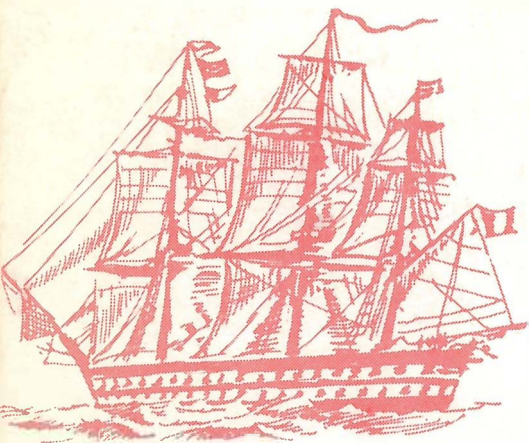
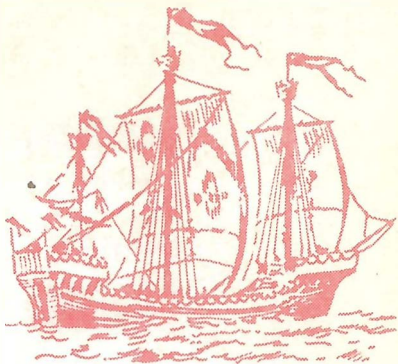
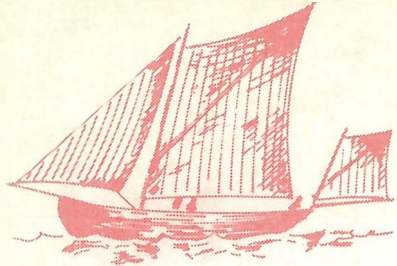
1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Letras
7. Instituto de Psicologia
8. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

### **II – FACULDADES**

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

### **III – INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES**

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Informática
- c) Colégio Comercial da Academia "São Luís"
- d) Colégio de Aplicação "Pio XII"



**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

